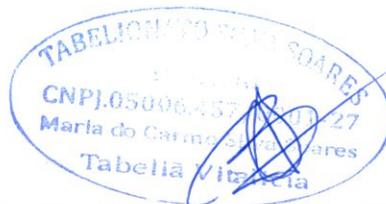


INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS IMÓVEIS SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bens Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças ("Contrato"), as partes abaixo (cada qual uma "Parte", e, em conjunto, as "Partes");

- 1) **AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA.**, sociedade de responsabilidade limitada, com sede na Rodovia Transamazônica, km 206, na Cidade de Novo Repartimento, no Estado do Pará, CEP 68473-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 05.078.415/0001-00, neste ato representada nos termos do seu Contrato Social, por seus representantes legais abaixo assinados ("Garantidor");
- 2) **BANCO BRADESCO S.A.** e suas filiais, agências no exterior, controladas e demais empresas do grupo econômico ao qual pertence, instituição financeira representada neste ato por sua Agência 7072-6, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.746.948/9064-99, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 228 – subsolo, Botafogo, CEP 22.250-040, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, e na qualidade de debenturista titular da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Construtora Queiroz Galvão S.A, e na qualidade de debenturista titular da 1ª Série de debêntures da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Queiroz Galvão S.A. ("Bradesco");
- 3) **ITAÚ UNIBANCO S.A.** e suas filiais, agências no exterior, controladas e demais empresas do grupo econômico ao qual pertence, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º parte e 4º e 5º andares, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.701.190/4816-09, neste ato representado nos termos do seu Estatuto Social, neste ato por si própria e por sua agência em Nassau ("Itaú");



- 4) **CREDIT SUISSE PRÓPRIO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR**, fundo de investimentos, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 04.085.474/0001-34, neste ato representado pelo seu administrador, Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700, 11º andar (parte), 13º andar e 14º andar (parte), CEP 04542-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.809.182/0001-30, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e na qualidade de debenturista titular da 3ª Série de debêntures da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Queiroz Galvão S.A. ("Credit Suisse");
- 5) **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, e suas filiais, agências no exterior, controladas e demais empresas do grupo econômico ao qual pertence, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235 – Bloco A, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 90.400.888/0001-42, neste ato representado nos termos do seu Estatuto Social, neste ato por si própria e por sua agência em Grand Cayman, e na qualidade de debenturista titular da 2ª Série de debêntures da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Queiroz Galvão S.A. ("Santander");
- 6) **BANCO VOTORANTIM S.A.**, e suas filiais, agências no exterior, controladas e demais empresas do grupo econômico ao qual pertence, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14.171, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 59.588.111/0001-03, neste ato representado nos termos do seu Estatuto Social ("Votorantim");
- 7) **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, e serviços na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 33.657.248/0001-89 ("BNDES");
- 8) **PMOEL RECEBÍVEIS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Barroso, nº 63, sala 806, Centro, CEP 20031-003, inscrita no CNPJ/ME sob o nº

M

02.268.321/0001-05, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social e na qualidade de debenturista titular das debêntures da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição privada da Construtora Queiroz Galvão S.A ("PMOEL" e, quando em conjunto com Bradesco, Itaú, Credit Suisse, Santander, Votorantim e BNDES, os "Credores");

9) TMF ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Alameda Caiapós, 243, 2º andar, cj. I, Centro Empresarial Tamboré, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob nº 23.103.490/0001-57, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social ("Agente").

10) SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99 – 24º andar, Centro, CEP 20.050-005, Centro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato devidamente representada na forma de seu contrato social, atuando como agente fiduciário na 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Queiroz Galvão S.A. ("Debenturistas QGSA") ("Pavarini");

11) GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 3.000, parte 3, Bloco Itanhangá, sala 3105, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.749.264/0001-04, neste ato devidamente representada na forma de seu contrato social, atuando como agente fiduciário na 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Construtora Queiroz Galvão S.A. ("Debenturistas CQG") ("GDC", em conjunto com a Pavarini, os "Agentes Fiduciários").

CONSIDERANDO QUE:

A. Em 26 de agosto de 2019, foram celebrados:

- (i) o Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças, entre Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A., Credit Suisse



X

✓

M
M

Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior, Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Votorantim S.A., Banco do Brasil S.A. e PMOEL Recebíveis Ltda. (ou, conforme aplicável, filiais, agências, controladas e demais empresas do grupo econômico ao qual pertencem, investidores que neles investem ou fundos de investimento do qual são investidores), Queiroz Galvão S.A.; Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré; Construtora Queiroz Galvão S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A. – Sucursal Angola; Construtora Queiroz Galvão S.A. – Sucursal Chile; CQG Oil & Gas Contractors Inc.; COSIMA – Siderúrgica do Maranhão Ltda.; Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.; Queiroz Galvão Logística S.A.; Queiroz Galvão Saneamento S.A.; Queiroz Galvão International Ltd.; Queiroz Galvão Mineração S.A.; Queiroz Galvão Infraestrutura S.A.; Timbaúba S.A. (o "Acordo Global de Reestruturação"), para regular a reestruturação de dívidas de parte do grupo econômico da Queiroz Galvão S.A. que se convencionou chamar de Ecosistema CQGDNSA;

- (ii) o Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças celebrado entre o BNDES, a Queiroz Galvão S.A., a Construtora Queiroz Galvão S.A. e a Queiroz Galvão Naval S.A ("Acordo BNDES-EAS"), para regular as disposições aplicáveis a garantias fidejussórias outorgadas em benefício dos Créditos BNDES EAS (abaixo definido), o que se convencionou chamar de Ecosistema EAS;

- B.** Com o objetivo de garantir o integral e tempestivo pagamento e cumprimento das obrigações decorrentes do Ecosistema MOVESP (abaixo definido) ("Obrigações Garantidas Existentes"), o Garantidor (i) alienou fiduciariamente em garantia a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos Imóveis (abaixo definido), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Bens Imóveis e Outras Avenças, celebrado em 26 de agosto de 2019 entre o Garantidor, o Banco BTG Pactual S.A., o Banco ABC Brasil S.A., o Banco Crédito Agrícola Brasil S.A., o Santander, o BNDES, a Construtora Queiroz Galvão S.A. e a Queiroz Galvão S.A. ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis MOVESP"), e (ii) cedeu a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta da totalidade dos direitos creditórios, créditos, recursos, valores, frutos, rendimentos, juros, bens, ativos, coisas e quaisquer outros montantes e/ou benefícios econômicos, presentes e futuros, a que fizesse jus em decorrência do produto, presente ou futuro, que sobejar eventual execução judicial ou extrajudicial, excussão, venda, alienação ou qualquer outra forma de disposição dos Imóveis, e demais bens que integram a garantia constituída nos termos do



BNDES
Tatália Tereza Fernandes Lopez
OAB/RJ 162.109
Advogada

Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis MOVESP, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 26 de agosto de 2019 entre o Garantidor, o Banco BTG Pactual S.A., o Banco ABC Brasil S.A., o Banco Crédito Agricole Brasil S.A., o Santander, o BNDES, a Construtora Queiroz Galvão S.A. e a Queiroz Galvão S.A. ("Contrato de Cessão Fiduciária MOVESP" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis MOVESP, a "Garantia Existente");

- C. Em cumprimento das disposições constantes do Acordo Global de Reestruturação e para garantir as Obrigações Garantidas, em benefício dos Credores, as Partes pretendem celebrar o presente Contrato, com a finalidade de estabelecer, observados os termos e condições aqui previstos, a alienação fiduciária, pelo Garantidor dos Bens Imóveis e Móveis Rurais, sujeito à condição suspensiva prevista na Cláusula 2.6 deste Contrato.

ISTO POSTO, as Partes têm entre si justo e contratado celebrar o presente Contrato, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

1. PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste Contrato são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos no Acordo Global de Reestruturação. Todos os termos no singular definidos neste Contrato deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa. As expressões "deste Contrato", "neste Contrato" e "conforme previsto neste Contrato" e expressões similares quando empregadas neste Contrato, a não ser que de outra forma exigido pelo contexto, referem-se a este Contrato como um todo e não a uma disposição específica deste Contrato; e referências a cláusula, sub-cláusula, adendo e anexo estão relacionadas a este Contrato, a não ser que de outra forma especificado. Todos os termos definidos neste Contrato terão as definições a eles aqui atribuídas quando utilizados em qualquer certificado ou documento celebrado ou formalizado de acordo com os termos aqui previstos.

1.2. Este Contrato, enquanto não implementada a Condição Suspensiva não prejudica, de nenhuma forma, a garantia atualmente constituída em favor das Obrigações Garantidas Existentes, que, neste ato são, expressamente, ratificadas e confirmadas pelo Garantidor. X

1.3. Salvo se expressamente estabelecido em contrário neste Contrato, toda e qualquer definição deste Contrato que corresponda a um contrato, documento, título ou



instrumento refere-se a tal contrato, documento, título ou instrumento conforme aditado de tempos em tempos.

1.4. Para fins do presente Contrato, as expressões referidas abaixo têm os significados a seguir indicados:

- (i) "**Acordo BNDES-EAS**" possui o significado atribuído no Considerando (A).
- (ii) "**Acordo Global de Reestruturação**" possui o significado atribuído no Considerando (A).
- (iii) "**Agente**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (iv) "**Agentes Fiduciários**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (v) "**Autoridade**" significa qualquer departamento de governo ou governamental nacional, supranacional, regional ou local, estatutário, regulatório, administrativo, fiscal, judicial, ou governamental local, comissão, conselho, agência, autoridade ou órgão governamental, departamento, comissão, autoridade, tribunal, agência ou entidade, ou banco central (ou qualquer Pessoa controlada pelo governo e independentemente de ser constituída ou denominada, que exerça as funções de banco central), incluindo juntas comerciais e a Receita Federal do Brasil.
- (vi) "**Autorizações**" significa toda e qualquer autorização, concessão, permissão, aprovação (incluindo sem limitação de natureza societária, regulatória e de terceiros credores), licença, consentimento, permissão, registro, notariação e consularização, seja emanado de uma Autoridade ou não.
- (vii) "**BNDES**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (viii) "**Bradesco**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (ix) "**Carta de Cumprimento de Condição Suspensiva**" possui o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.8 deste Contrato.
- (x) "**Cartório Competente**" significa os Ofícios Tabelionato de Notas e Registro da localidade dos Imóveis.
- (xi) "**Código Civil Brasileiro**" significa o Código Civil aprovado pela Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.



BNDES
Mafália Teixeira Fernandes Lopes
OAB/RJ 162.109
Advogada

X
8
M

- (xii) "**Código de Processo Civil Brasileiro**" significa o Código de Processo Civil aprovado pela Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, conforme alterada.
- (xiii) "**Condição Suspensiva**" tem o significado atribuído na Cláusula 2.6 abaixo.
- (xiv) "**Condição Suspensiva – Adicional**" possui o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.6 deste Contrato.
- (xv) "**Condição Suspensiva – Fechamento**" possui o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.6 deste Contrato.
- (xvi) "**Contrato**" significa o presente Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bens Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças.
- (xvii) "**Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis MOVESP**" tem o significado que lhe é atribuído no Considerando (A).
- (xviii) "**Contrato de Cessão Fiduciária MOVESP**" tem o significado que lhe é atribuído no Considerando (A).
- (xix) "**Contratos de Garantia**" significam os instrumentos de garantia descritos no ANEXO A deste Contrato.
- (xx) "**Credit Suisse**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (xxi) "**Crédito BNDES EAS**" significa o conjunto formado pelos endividamentos relativos a contratos de financiamento celebrados entre o BNDES e o Estaleiro Atlântico Sul S.A., listados no ANEXO I, bem como instrumentos a eles relacionados ou acessórios, os quais são garantidos por fianças outorgadas pela Queiroz Galvão S.A. e Construtora Queiroz Galvão S.A., na forma indicada pelo Acordo Global de Reestruturação e Acordo BNDES-EAS.
- (xxii) "**Credores**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (xxiii) "**Debenturistas QGSA**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (xxiv) "**Debenturistas CQG**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (xxv) "**Dia Útil**" significa qualquer dia útil, para fins de operações praticadas no mercado financeiro brasileiro, conforme especificado na Resolução nº 2.932 do Conselho Monetário Nacional.



BNDES
Natalia Teixeira Fernandes Lof
OAB/RJ 162.109
Advogada

X
f
M

- (xxvi) "**Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente**" significa os direitos creditórios de titularidade do Garantidor decorrentes de todos e quaisquer montantes que tenha direito a receber em decorrência de uma eventual execução da Garantia Existente e após integral quitação das Obrigações Garantidas Existentes.
- (xxvii) "**Documentos da Reestruturação**" significa, em conjunto, o Acordo Global de Reestruturação, o Acordo BNDES-EAS, os instrumentos de dívida listados no ANEXO I, bem como os Contratos de Garantia.
- (xxviii) "**Ecossistema MOVE SP**" significa o conjunto formado por 50% (cinquenta por cento) do Endividamento contraído pela Concessionária MOVE São Paulo S.A. junto ao BNDES, percentual este correspondente ao montante garantido ou contragarantido por (i) Queiroz Galvão S.A. e Construtora Queiroz Galvão S.A., nos termos das fianças corporativas prestadas em favor do Banco ABC Brasil S.A., do BTG, do Santander e do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. e (ii) Queiroz Galvão S.A., nos termos da fiança prestada no âmbito do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.1007.1, celebrado em 12 de maio de 2015, conforme aditado, em favor do BNDES.
- (xxix) "**Evento de Execução**" possui o significado atribuído na Cláusula 6.1 deste Contrato.
- (xxx) "**Garantidor**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (xxxi) "**Garantia Existente**" possui o significado atribuído no Considerando B.
- (xxxii) "**Gravame**" significa qualquer hipoteca, penhor, encargo, arrendamento, usufruto, alienação fiduciária, cessão fiduciária, ônus, gravame, arresto, penhora, sequestro, bloqueio ou qualquer outra garantia ou medida que tenha o efeito prático de constituição de direito real ou fiduciário em favor de terceiros ou que possa afetar a propriedade ou a disponibilidade do bem em questão, bem como quaisquer opções de compra ou venda, promessa de venda ou compra, compromisso de recompra ou qualquer outro arranjo contratual que possa afetar a propriedade ou a disponibilidade do bem em questão.
- (xxxiii) "**Grupo Queiroz Galvão**" significa, conjuntamente, o Garantidor e as demais sociedades que sejam Controladas, direta ou indiretamente, pela Queiroz Galvão S.A.



- (xxxiv) "**Imóveis**" significa os imóveis descritos no ANEXO II ao Contrato.
- (xxxv) "**Itaú**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (xxxvi) "**Lei Aplicável**" significa qualquer legislação, incluindo lei, decreto, medida provisória, portaria, regulamento, resolução ou instrução que se encontre vigente de tempos em tempos e seja aplicável à Pessoa em questão.
- (xxxvii) "**Leis de Compliance**" significa, em conjunto, (i) leis, regulamentos e normas aplicáveis em vigor no Brasil que versam sobre atos de corrupção, atos lesivos contra a administração pública, pagamento de propina, abatimento ou remuneração ilícita, suborno e/ou tráfico de influência, incluindo, sem limitação, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro), a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, a Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, a Lei nº 12.683, de 09 de julho de 2012, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, no que lhes for aplicável; e (ii) eventuais leis, regulamentos e/ou normas de outras jurisdições aplicáveis.
- (xxxviii) "**Lei nº 9.514**" significa a Lei Federal nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que instituiu a alienação fiduciária de coisa imóvel.
- (xxxix) "**Obrigações Garantidas**" significa, em conjunto, as Obrigações Garantidas CQGDNSA e Obrigações Garantidas EAS, e nos termos da Cláusula 7.2.2.3.
- (xl) "**Obrigações Garantidas CQGDNSA**" significa as obrigações assumidas pela Queiroz Galvão S.A., Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, Construtora Queiroz Galvão S.A., Construtora Queiroz Galvão S.A. – Sucursal Angola, Construtora Queiroz Galvão S.A.- Sucursal Chile, CQG Oil & Gas Contractors Inc., Cosima – Siderúrgica do Maranhão Ltda., Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A., Garantidor, Queiroz Galvão Logística S.A., Queiroz Galvão Saneamento S.A., Queiroz Galvão International Ltd., Queiroz Galvão Mineração Ltda. e Timbaúba S.A decorrentes dos instrumentos de dívida listados no ANEXO I deste Contrato.
- (xli) "**Obrigações Garantidas EAS**" possui o significado atribuído no Anexo I deste Contrato.
- (xlii) "**Obrigações Garantidas Existentes**" possui o significado atribuído no Considerando B



LIVRES
Márcia Teixeira Fernandes Lot...
OAB/RJ 162.109
Advogada

X

X

M

- (xliv) "**Outras Entidades**" possui o significado atribuído na Cláusula 7.8 deste Contrato.
- (xlv) "**Parte**" possui o significado atribuído no Preâmbulo deste Contrato.
- (xlvi) "**Partes Indenizadas**" possui o significado atribuído na Cláusula 4.4 deste Contrato.
- (xlvii) "**Percentual de Garantia Atribuível ao BNDES**" significa o montante equivalente ao Percentual da Parcela Escrow BNDES – EAS Atualizada – Garantias, calculado na forma prevista pelo Acordo Global de Reestruturação, destinado para amortização da porção do Crédito BNDES EAS garantido por fianças outorgadas pela Queiroz Galvão S.A. e Construtora Queiroz Galvão S.A.
- (xlviii) "**Pessoa**" significa qualquer entidade governamental ou qualquer pessoa, firma, parceria, sociedade por ações, sociedade de responsabilidade limitada, consórcio, joint venture, associação, fundo de pensão, fundo de investimento, organização sem personalidade jurídica, ou outra entidade ou organização, quer seja uma pessoa jurídica ou não.
- (xlix) "**PMOEL**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (l) "**Reforço de Garantia**" possui o significado atribuído na Cláusula 2.5 deste Contrato.
- (i) "**Santander**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (ii) "**Termo de Nomeação**" significa Termo de Nomeação e Disposições Aplicáveis ao Agente, celebrado nesta data, entre o Agente, os credores e devedores no âmbito do Acordo Global de Reestruturação e do Acordo BNDES-EAS.
- (iii) "**Valor de Avaliação dos Imóveis**" possui o significado indicado pela Cláusula 2.1.4 do Contrato.
- (iv) "**Valor Garantido**" possui o significado atribuído no ANEXO II ao Contrato, observado o disposto na Cláusula 7.2.2.3.
- (v) "**Votorantim**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.

2. GARANTIAS

2.1. Na forma do disposto neste Contrato e nos termos do artigo 22 e seguintes da Lei nº 9.514, conforme alterada, e das disposições aplicáveis constantes no Código Civil Brasileiro, em garantia do fiel e cabal cumprimento das Obrigações Garantidas, o

10



X

(

M

Garantidor, observado o disposto na Cláusula 2.8 do Contrato, (i) aliena fiduciariamente em favor dos Credores, representados pelo Agente, do momento em que cumprir a Condição Suspensiva até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, o domínio resolúvel e a posse indireta dos Imóveis, incluindo todas as respectivas edificações, construções, benfeitorias, valorizações, frutos e bens vinculados por acessão física, industrial ou natural (averbados ou não na respectiva matrícula) e que forem acrescidos, que não poderão ser retirados, sofrer alteração de área construída ou inutilizados sem a prévia autorização por escrito dos Credores; e (ii) cede fiduciariamente em favor dos Credores, em caráter irrevogável e irretratável, a partir desta data e até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente.

2.1.1. Em relação aos Imóveis, caso o Garantidor deseje efetuar, às suas expensas, qualquer acessão ou benfeitorias (úteis, voluptuárias ou necessárias), o Garantidor obriga-se a obter todas as licenças necessárias, incluindo licenças administrativas, recolher as contribuições previdenciárias, obter a CND/INSS da obra e promover as respectivas averbações na matrícula dos Imóveis. Quaisquer benfeitorias, em quaisquer hipóteses, integrarão os Imóveis e seu valor, sendo que, nos termos do §4º do artigo 27 da Lei nº 9.514, o Garantidor não terá direito de retenção por benfeitorias realizadas nos Imóveis, mesmo que autorizadas pelos Credores, sendo certo que na hipótese de a propriedade dos Imóveis se consolidar em nome de um dos Credores, a indenização por benfeitorias nunca será superior ao saldo que sobejar, depois de deduzidos os valores referentes às Obrigações Garantidas e demais acréscimos legais.

2.1.2. Os Imóveis ficam gravados com cláusula de impenhorabilidade, sob qualquer forma ou condição.

2.1.3. Mediante a ocorrência de um Evento de Execução, os Credores poderão exercer (mas não estarão obrigados a exercer), diretamente ou por meio do Agente, os direitos e prerrogativas previstos neste Contrato e na Lei Aplicável para excutir a presente garantia sobre os Imóveis para os efeitos da presente garantia, observado o disposto na Cláusula 2.8 abaixo.

2.1.4. Os respectivos valores de avaliação indicados no ANEXO II do Contrato serão utilizados como base para venda em leilão público ("Valor de Avaliação dos Imóveis"). Entretanto, considerando que quando da eventual excussão da presente garantia os Imóveis poderão ter sofrido alterações, nos limites autorizados neste Contrato, os Credores, a seu exclusivo critério, poderão, nos termos do inciso "VI" do artigo 24 da Lei 9.514/97, anteriormente à realização do primeiro leilão, contratar empresa especializada em avaliação de imóveis de



X

f

M

primeira linha, às expensas da Garantidora em questão, para fazer nova avaliação dos Imóveis para fins de leilão. Para fins de elaboração do laudo de avaliação, os Credores deverão indicar à Garantidora 3 (três) empresas especializadas credenciadas de primeira linha para que, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, a Garantidora aponte uma dentre as 3 (três) empresas para elaboração do laudo de avaliação. Expirado o prazo para escolha da empresa, nos termos da presente cláusula, os Credores poderão definir livremente qual empresa elaborará o laudo de avaliação, facultando-se ao Garantidor e aos Credores, em qualquer caso, acompanhar a vistoria técnica de avaliação.

2.1.5. Caso os novos laudos de avaliação identifiquem uma valorização ou desvalorização dos Imóveis por qualquer razão, o Garantidor desde já autoriza a majoração ou redução, conforme aplicável, do Valor de Avaliação dos Imóveis, sem a necessidade de sua concordância ou aditivo ao presente Contrato.

2.1.6. As Partes concordam que o Valor Garantido constante no ANEXO II está relacionado ao Valor de Avaliação dos Imóveis. Assim, na hipótese de revisão do respectivo valor nos termos da Cláusula 2.1.4 acima, o valor indicado no ANEXO II será atualizado de forma a refletir corretamente o valor que os Imóveis Alienados Fiduciariamente podem garantir.

2.2. A posse direta e a livre utilização dos Imóveis são asseguradas ao Garantidor, por sua conta e risco, bem como a utilização de todas as demais benfeitorias e acessões que eventualmente os guarneçam, caso aplicável, sendo sua obrigação mantê-los, conservá-los e guardá-los em perfeitas condições de uso e habitabilidade, devendo tomar todas as medidas necessárias para manter os Imóveis a salvo de turbações de terceiros, até que todas as Obrigações Garantidas sejam integralmente satisfeitas ou até que ocorra a consolidação da propriedade em nome dos Credores, nos termos da Cláusula 7 e seguintes abaixo. Durante esse período, o Garantidor deverá a manter os Imóveis sob sua posse, na qualidade de fiel depositário, sem direito a qualquer remuneração, obrigando-se o Garantidor a manter, conservar e guardar ou fazer com que sejam mantidos, conservados e guardados os Imóveis, pagar ou fazer com que sejam pagos pontualmente todos os tributos e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre eles ou que sejam inerentes a esta garantia, que tenham se tornado exigíveis, observado o disposto nas cláusulas abaixo.

2.2.1. O Garantidor renuncia expressa e irrevogavelmente a quaisquer direitos que lhe possam ser eventualmente conferidos, na condição de depositário dos Imóveis, nos termos dos artigos 635, 643 e 644 do Código Civil Brasileiro

2.3. Os Credores e/ou o Agente poderão, a qualquer tempo, com periodicidade não inferior à trimestral e mediante aviso com 15 (quinze) dias de antecedência, exigir



LIBREDES
Natália Teresa Fernandes Lopes
OAB RJ 162.109
Advogada

X

f

M

comprovantes de pagamento de encargos fiscais e/ou tributários, que tenham se tornado exigíveis, ou de quaisquer outras contribuições, que tenham se tornado exigíveis, desde que relacionadas aos Imóveis, não estando, contudo, obrigados a verificar a veracidade dos referidos comprovantes e/ou realizar qualquer tipo de auditoria e/ou verificação no que diz respeito aos valores indicados nos referidos comprovantes. Para efeitos da eventual execução da presente garantia e alienação em leilão, considerar-se-ão os respectivos Valor de Avaliação dos Imóveis Alienados Fiduciariamente atribuídos de comum acordo pelas Partes, conforme indicados no ANEXO II.

2.4. Para os fins legais, as Partes descrevem no ANEXO I as principais condições financeiras das Obrigações Garantidas.

2.4.1. O Garantidor expressamente reconhece, para todos os fins de direito, que as Obrigações Garantidas descritas no ANEXO I ao presente instrumento encontram-se, a partir da presente data e, sujeito aos termos e condições aqui previstos, devidamente garantidas pelos Imóveis sem a necessidade de qualquer notificação ou da celebração de qualquer aditamento ou documento adicional pelas Partes em qualquer dos instrumentos originadores das Obrigações Garantidas. Não obstante, o Garantidor se obriga a, mediante solicitação nesse sentido por qualquer Credor e/ou pelo Agente, celebrar, no prazo de até 03 (três) Dias Úteis contado a partir da respectiva solicitação, quaisquer documentos, aditamentos, termos, notificações e instrumentos correlatos a fim de contemplar, em qualquer documento relativo às Obrigações Garantidas, a existência, criação e validade da presente garantia, especialmente quando houver cumprimento das Condições Suspensivas, nos termos da Cláusula 2.8 abaixo.

2.5. Nos termos dos artigos 1.425 e 1.427 do Código Civil Brasileiro, exclusivamente na hipótese de qualquer dos Imóveis vir a ser objeto de qualquer Gravame ou qualquer medida judicial com efeito similar, a qualquer tempo durante a vigência do presente Contrato, o Garantidor ficará obrigado a substituir ou reforçar a presente garantia, por meio da alienação fiduciária, cessão fiduciária, penhor ou hipoteca de bens similares ou não aos Imóveis, em termos aceitos pelos Credores, de modo a recompor integralmente a garantia originalmente prestada ("Reforço de Garantia"). O Reforço de Garantia deverá ser implementado, nos termos de documento em forma e substância aceitáveis para os Credores, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência de qualquer dos eventos acima, ou contados da data de recebimento, pelo Garantidor, de comunicação nesse sentido enviada por qualquer dos Credores ou Agente, o que ocorrer primeiro. Não será exigida a obrigação de Reforço de Garantia se, até o prazo referido acima, for



revertido ou suspenso o evento que originou a obrigação de Reforço de Garantia em causa.

2.6. Condição Suspensiva. Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação integral, irrevogável e incontestável das Obrigações Garantidas, sendo sua eficácia sujeita a condição suspensiva, nos termos dos artigos 121 e 125 e seguintes do Código Civil Brasileiro, consistindo tal condição suspensiva na ocorrência do Fechamento (conforme definido pelo Acordo Global de Reestruturação) ("Condição Suspensiva – Fechamento"). Adicionalmente, a eficácia da constituição da alienação fiduciária sobre os Imóveis (conforme disposto na Cláusula 2.1) está sujeita a condição suspensiva referente à liquidação integral, irrevogável e incontestável das Obrigações Garantidas Existentes ("Condição Suspensiva – Adicional"). A Condição Suspensiva – Fechamento e a Condição Suspensiva – Adicional, doravante designadas, em conjunto, "Condição Suspensiva").

2.6.1. O Garantidor deverá providenciar a averbação da carta de cumprimento da Condição Suspensiva – Fechamento e/ou da carta de cumprimento da Condição Suspensiva – Adicional, conforme o caso, à margem dos correspondentes registros do presente Contrato (i) em até 15 (quinze) dias corridos após o cumprimento da correspondente Condição Suspensiva junto ao Cartório Competente, na forma do Anexo VI ("Carta de Cumprimento de Condição Suspensiva"), para os fins de atestar, conforme o caso, a eficácia ampla e irrestrita da alienação fiduciária sobre os Imóveis e sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente disposta nos itens "i" e "ii" da Cláusula 2.1 acima, bem como das demais disposições deste Contrato. A Carta de Cumprimento de Condição Suspensiva deverá ser registrada em até 30 (trinta) dias corridos contados da data em que cada uma das Condições Suspensivas, conforme aplicável, sejam cumpridas, devendo o Garantidor entregar, como comprovante, as vias originais constando seus correspondentes registros ao Agente dentro de tal prazo.

2.6.2. De qualquer forma e sem prejuízo do disposto acima, as Partes concordam, para todos os fins, que as Condições Suspensivas se darão por cumpridas imediatamente, conforme o caso, mediante (i) ocorrência do Fechamento (conforme definido pelo Acordo Global de Reestruturação), e (ii) liquidação integral, irrevogável e incontestável das Obrigações Garantidas Existentes, de modo que eventual ausência de assinatura da Carta de Cumprimento de Condição Suspensiva aplicável ou de seu respectivo registro não prejudicarão as plenas validade, eficácia e exequibilidade da garantia de nenhuma forma, renunciando o Garantidor a qualquer direito de alegar tal ausência de assinatura ou registro da Carta de Cumprimento de Condição Suspensiva como defesa em eventual execução.



WANDERES
Catalia Teixeira Fernandes Lopes
OAB/RJ 162.109
Advogada

X

M

γ

2.6.3. Sem prejuízo do disposto acima, imediatamente após a quitação das Obrigações Garantidas Existentes, o Garantidor deverá tomar todas as providências necessárias para formalizar a plena eficácia da presente alienação fiduciária junto ao Cartório Competente.

3. APERFEIÇOAMENTO DA GARANTIA; REGISTROS

3.1. Fica desde já esclarecido que, para os efeitos da presente alienação fiduciária, o Garantidor deterá a posse direta dos respectivos Imóveis, sendo certo que, observada a Condição Suspensiva, a propriedade fiduciária resolúvel e a posse indireta dos respectivos Imóveis serão detidos pelos Credores.

3.2. Este Contrato será protocolado para registro pelo Garantidor no Cartório Competente, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua assinatura, devendo o Garantidor, dentro de tal prazo, entregar ao Agente e aos Agentes Fiduciários comprovante dos correspondentes protocolos. Em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da prenotação do Contrato para registro junto ao Cartório Competente, o Garantidor deverá apresentar, o presente Contrato devidamente registrado na respectiva matrícula dos Imóveis, ou, em caso de atraso no registro por fato imputável ao Cartório Competente, renovar prenotação antes do término do prazo da prenotação anterior, por um prazo adicional máximo de 30 (trinta) dias corridos em caso de exigência de registros públicos até referida data, a exclusivo critério dos Credores, desde que o Garantidor cumpra, tempestivamente, todas e quaisquer exigências formuladas pelo respectivo registro público. No caso de celebração de qualquer aditamento ao presente Contrato, deverão ser observados os prazos desta Cláusula 3.2, devendo o Garantidor, dentro de tais prazos, entregar ao Agente e aos Agentes Fiduciários comprovante dos correspondentes prenotações e registros, conforme aplicável. O registro deste Contrato e, conforme aplicável, dos respectivos aditamentos no Cartório Competente deverá conferir aos Credores a propriedade fiduciária resolúvel dos Imóveis, observada a Garantia Existente.

3.3. Sem prejuízo do acima disposto, o Garantidor se compromete a atender de forma diligente quaisquer exigências que o Cartório Competente venha a fazer com relação ao registro deste Contrato ou de seus aditivos no menor prazo possível; e para fins de registro ou averbação, o Garantidor se compromete a apresentar, quando da apresentação do presente Contrato e seus respectivos aditivos para registro ou averbação, conforme o caso, perante o Cartório Competente, todos os documentos exigidos por tal cartório. Caso seja feita exigência para a apresentação de certidões ou informações complementares, o Garantidor deverá informar os Credores acerca das exigências feitas, por meio do envio de uma cópia da nota devolutiva elaborada pelo



LAZARDES
Catalia Teixeira Fernandes Lora
OAB/RJ 162.109
Advogada

X

8

M

cartório, bem como deverá providenciar os documentos exigidos e apresentá-los ao cartório no prazo definido na expedição da nota devolutiva respectiva.

3.4. Para fins de aperfeiçoamento da garantia sobre os Imóveis conforme previsto no presente Contrato, o Garantidor, neste ato, obriga-se a realizar todo e qualquer ato e procedimento previsto na Lei Aplicável, conforme venha a ser solicitado pelos Credores, Agentes Fiduciários e/ou pelo Agente, de forma a proceder à oneração, total ou parcial, dos Imóveis.

3.5. O Garantidor será responsável por todos os custos e despesas incorridos com os registros e/ou averbações descritos nesta Cláusula 3, exceto custos e despesas relacionados ao registro de aditivos ao presente Contrato junto ao Cartório Competente exclusivamente em decorrência da cessão, por qualquer dos Credores, da posição contratual e/ou dos créditos decorrentes de quaisquer Documentos da Reestruturação a terceiros (caso em que os custos e despesas serão arcados pelos cessionários da respectiva posição contratual e/ou dos referidos créditos).

4. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

4.1. Adicionalmente e sem prejuízo das demais declarações e garantias do Garantidor nos termos dos Documentos da Reestruturação, o Garantidor declara às demais Partes que, nesta data:

- (i) É sociedade devida e validamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis dos países em que foi constituída, com plenos poderes, capacidade e autoridade para conduzir os seus negócios;
- (i) Seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome do Garantidor, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (ii) Realiza suas atividades de acordo com seu objeto social e está cumprindo, em seus aspectos materiais, com a Lei Aplicável relativa à condução de seus negócios e ao exercício de suas atividades;
- (iii) Possui todas as autorizações, aprovações, concessões, licenças, permissões, alvarás e suas renovações relevantes exigidas pelas Autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto por aquelas que estejam sendo renovadas ou obtidas, conforme aplicável;



- (iv) Está devidamente autorizado e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, regulatórias e contratuais, necessárias à celebração deste Contrato e ao cumprimento de suas obrigações previstas aqui, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios e estatutários necessários para tanto;
- (v) Inexiste qualquer decisão ou condenação, judicial, administrativa ou arbitral, não passível de recurso com efeito suspensivo, relativos ao Garantidor, bem como às atividades e ativos de tal sociedade que torne o Garantidor incapaz de cumprir com as suas obrigações previstas neste Contrato;
- (vi) Este Contrato constitui obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas ao Garantidor, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (vii) A celebração do presente Contrato pelo Garantidor, bem como o cumprimento do disposto neste instrumento (i) não infringe ou está em conflito com (i.1) quaisquer Leis Aplicáveis, (i.2) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face do Garantidor, (i.3) os documentos constitutivos do Garantidor; (i.4) quaisquer deliberações aprovadas pelos órgãos societários do Garantidor; (i.5) quaisquer contratos ou instrumentos vinculando o Garantidor e/ou qualquer de seus ativos, (ii) nem resultarão na constituição de qualquer Gravame sobre qualquer ativo ou bem do Garantidor, ou em qualquer obrigação de constituir tais Gravames, exceto pelos Gravames constituídos nos termos do presente Contrato e dos Documentos da Reestruturação;
- (viii) Em relação ao Garantidor, a partir da presente data e no seu melhor conhecimento, (a) conhece e cumpre, e seus conselheiros, administradores, empregados e colaboradores conhecem e cumprem, bem como adota medidas para que seus prestadores de serviços, subcontratados e prepostos conheçam e cumpram suas políticas elaboradas conforme as Leis de Compliance e que busquem o cumprimento de tais Leis de Compliance, abstendo-se o Garantidor de praticar atos de corrupção, ato lesivo contra a administração pública nacional e estrangeira, pagamento de propina, abatimento ou remuneração ilícita, suborno e/ou tráfico de influência, e (b) possui, mantém e adota políticas e procedimentos internos, que visam a



BNDERR
Natália Teixeira Fernandes Lopez
OAB RJ 162.109
Advogada

X

γ

μ

assegurar o integral cumprimento de tais Leis de Compliance e coibir crimes e práticas de corrupção sendo cumpridos por seus conselheiros, administradores e empregados;

- (ix) Não foi condenado por decisões não passíveis de recurso por violação a quaisquer Leis de Compliance;
- (x) Não se utiliza de trabalho ilegal, não incentiva práticas de prostituição e não utiliza práticas de trabalho análogo ao escravo, ou de mão de obra infantil, observadas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, seja direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e de serviços, sempre observando as melhores práticas socioambientais;
- (xi) Não emprega menores de 18 anos, inclusive menor aprendiz, em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerando este o período compreendido entre as 22h e 5h;
- (xii) Não utiliza práticas de discriminação negativa, e limitativas ao acesso na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, motivos de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;
- (xiii) Toma medidas que visam proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange à Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlatas, emanados das esferas Federal, Estaduais e Municipais;
- (xiv) no seu melhor conhecimento, as informações prestadas pela Alienante, bem como por seus dirigentes, administradores e demais empregados e colaboradores, aos Credores e/ou a qualquer integrante dos respectivos grupos econômicos, nos termos do presente Contrato, são verdadeiras, consistentes e corretas;
- (xv) na data de assinatura do presente Contrato, a Alienante não detém participações em concessões, são autorizatárias e/ou permissionárias de



EXENDES
Estátia Ferreira Fernandes LOPES
OAB/RJ 162.109
Advogada

X

X

M

serviços públicos e não possuem créditos a título de direitos emergentes de concessões;

- (xvi) Inexiste qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa impactar negativa e materialmente a capacidade do Garantidor de cumprir com suas obrigações previstas neste Contrato;
- (xvii) Inexiste, no que tange aos Imóveis, especialmente no que diz respeito a qualquer área abrangida por eles, qualquer tipo de turbação, esbulho ou ameaça, quanto à posse dos mesmos;
- (xviii) Inexiste decisão judicial, administrativa ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que afete a validade, eficácia ou exequibilidade deste Contrato;
- (xix) Exceto pelos efeitos do presente Contrato, é o único, legítimo e exclusivo titular e possuidor dos Imóveis;
- (xx) As licenças ambientais aplicáveis, o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, quando aplicável, as aprovações exigíveis dos Imóveis e/ou necessárias à realização e execução deste Contrato e qualquer de seus aditivos foram devidamente obtidas e encontram-se atualizadas e em pleno vigor;
- (xxi) Cada um dos Imóveis: (a) não possui restrição ao uso, preservação do patrimônio arqueológico, paleontológico e histórico; e (b) não está localizado em terras de ocupação indígena e quilombola, unidades de conservação e/ou área de preservação ambiental, assim definidas pela Autoridade competente;
- (xxii) Cada Imóvel Alienado Fiduciariamente está livre de contaminação ambiental e não sofreu qualquer intervenção que possa contaminá-lo;
- (xxiii) O Garantidor não é parte de qualquer instrumento que esteja em vigor na presente data ou que tenha sido celebrado até a presente data e que, de forma direta ou indireta, onerem, restrinjam e/ou impactem negativamente, os Imóveis;
- (xxiv) Desde a data da sua celebração, não houve qualquer alteração e/ou aditamento à Garantia Existente, além daquelas previstas nos aditamentos descritos no Considerando B deste Contrato;



X

γ

M

- (xxv) Exceto pelos efeitos do presente Contrato, da Garantia Existente e dos Documentos da Reestruturação, é o único, legítimo e exclusivo titular e possuidor dos Imóveis;
- (xxvi) Os Imóveis estão livres e desembaraçados de qualquer Gravame, com exceção dos constituídos nos termos do presente Contrato e da Garantia Existente;
- (xxvii) O solo e o subsolo dos Imóveis encontram-se livres de materiais perigosos ou poluentes que possam impedir ou prejudicar a sua livre disposição;
- (xxviii) Com exceção das restrições relacionadas a áreas de reserva legal e área de preservação permanente averbada na matrícula dos Imóveis sob nº 2, de 30 de outubro de 2018, no seu melhor conhecimento, inexistem restrições relacionadas (i) ao patrimônio histórico, cultural, arqueológico nos âmbitos federal, estadual e municipal; (ii) às unidades de conservação federal, estadual e/ou municipal, e respectiva zona de amortecimento; ou (iii) qualquer outra restrição de natureza socioambiental;
- (xxix) No seu melhor conhecimento, inexistente área indígena e/ou território quilombola nos Imóveis e tampouco qualquer procedimento demarcatório relacionado à área indígena e/ou território quilombola nos Imóveis;
- (xxx) No seu melhor conhecimento, inexistente qualquer procedimento judicial ou administrativo que tenha por objeto a desapropriação, servidão ou demarcação de terras direta ou indiretamente, total ou parcial, dos Imóveis; e
- (xxxi) Os Imóveis não constituem bens de capital essenciais à atividade empresarial do Garantidor (de forma que prevalecerão os direitos de propriedade e as condições pactuadas nos termos deste Contrato em qualquer hipótese, inclusive para fins do parágrafo 3º, do Artigo 49, da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005) e o Garantidor renuncia ao direito de discutir esse fato e alegar a essencialidade aqui referida.

4.2. Cada Credor declara que, exceto pelo disposto no presente Contrato, e pela Garantia Existente (caso algum Credor possua créditos garantidos pela Garantia Existente), na presente data, (i) não possui qualquer direito ou prerrogativa sobre os



X

J

M

Imóveis, e (ii) os Imóveis não se encontram com qualquer tipo de Gravame em benefício de tal Credor.

4.3. As declarações e garantias prestadas nos termos das Cláusulas 4.1 e 4.2 deverão manter-se integralmente verdadeiras e exatas até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, ficando as declarantes responsáveis por eventuais prejuízos que decorram da falsidade, inveracidade ou inexatidão dessas declarações.

4.4. O Garantidor indenizará e reembolsará os Credores, bem como seus respectivos sucessores, e representantes e cessionários das Obrigações Garantidas ("Partes Indenizadas"), e manterá as Partes Indenizadas isentas de qualquer responsabilidade, danos diretos, custos e despesas de qualquer tipo, incluindo, sem limitação, as despesas com honorários sucumbenciais determinados judicialmente, que possam ser incorridos por referidas Partes Indenizadas em relação a qualquer falsidade ou incorreção quanto a qualquer informação, declaração ou garantia prestada neste Contrato ou em razão da consolidação, titularidade e eventual venda em excussão da garantia aqui outorgada e consequente titularidade dos Imóveis. Tais indenizações e reembolsos serão devidos sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado dos Documentos da Reestruturação.

4.5. As Partes reconhecem que o BNDES é parte deste Contrato na qualidade de credor do Crédito BNDES EAS, o que não implica sua concordância ou anuência na qualidade de credor da Garantia Existente

5. OBRIGAÇÕES DO GARANTIDOR

5.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato e nos demais Documentos da Reestruturação, o Garantidor obriga-se, durante a vigência do presente Contrato, a:

- (i) Cumprir, de forma pontual e integral, todas as suas obrigações e condições (pecuniárias e não pecuniárias) nos termos deste Contrato, observados eventuais prazos de cura aplicáveis;
- (ii) Exceto em relação aos compromissos e obrigações decorrentes dos Documentos da Reestruturação, não celebrar qualquer instrumento ou praticar qualquer ato que possa restringir os direitos ou a capacidade dos Credores de vender ou de qualquer outra forma dispor dos Imóveis na forma deste Contrato;
- (iii) Manter a presente garantia real sempre existente, válida, eficaz, aperfeiçoada, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição (exceto por aquelas previstas neste Contrato), e os Imóveis livres e desembaraçados de todos e quaisquer Gravames



(exceto pela Garantia Existente), disputas, litígios ou outras pretensões de qualquer natureza, bem como dar cumprimento a, e fazer com que seja cumprida, qualquer outra exigência de qualquer Lei Aplicável que venha a vigorar no futuro, necessária à preservação, constituição, aperfeiçoamento e prioridade absoluta da garantia aqui constituída, fornecendo a respectiva comprovação aos Credores, aos Agentes Fiduciários e ao Agente, praticando todos os atos e assinando todos os documentos para os fins acima;

- (iv) Manter todas as Autorizações necessárias à assinatura deste Contrato e dos demais Documentos da Reestruturação, bem como ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor;
- (v) Cumprir, mediante o recebimento de comunicação enviada por escrito pelos Credores, pelos Agentes Fiduciários e/ou pelo Agente na qual se declare que ocorreu um Evento de Execução, todas as instruções escritas emanadas dos Credores, nos termos da Lei Aplicável e deste Contrato, para a excussão da garantia aqui constituída;
- (vi) Pagar ou reembolsar aos Credores, aos Agentes Fiduciários e ao Agente, conforme o caso, mediante solicitação, quaisquer tributos relacionados à presente garantia e sua excussão ou incorridos com relação a este Contrato, bem como indenizar e isentar os Credores, os Agentes Fiduciários e o Agente, conforme aplicável, de quaisquer valores que estes sejam comprovadamente obrigados a pagar no tocante aos referidos tributos;
- (vii) mediante solicitação, reembolsar os Credores, o Agente Fiduciário e/ou o Agente, em até 5 (cinco) Dias Úteis, todos os custos e despesas incorridos na preservação de seus respectivos direitos sobre os Imóveis e no exercício ou execução de quaisquer dos direitos nos termos deste Contrato;
- (viii) Defender-se, de forma tempestiva, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa afetar, no todo ou em parte, os Imóveis e/ou a garantia aqui constituída, mantendo os Credores, os Agentes Fiduciários e o Agente informados, por meio de relatórios descrevendo o ato, ação, procedimento e processo em questão e as medidas tomadas pelo Garantidor;
- (ix) Não ceder, transferir, renunciar, gravar, arrendar, locar, dar em usufruto ou comodato, onerar ou de qualquer outra forma alienar ou constituir



LA BNDDES
Márcia Teixeira Fernandes Lopez
CNPJ 162.109
Avenida

X

M

o

(ou permitir que seja constituído) qualquer Gravame sobre os Imóveis e ou sobre quaisquer direitos sobre eles, em favor de quaisquer terceiros, direta ou indiretamente, sem autorização prévia e expressa dos Credores ou do Agente;

- (x) Ressalvada a hipótese de exigência da Lei Aplicável, não alterar ou aditar qualquer termo, condição, dispositivo e/ou anexo, de qualquer forma e independentemente do motivo, da Garantia Existente e/ou dos instrumentos das Obrigações Garantidas Existentes, que importe em (a) prejuízo ao pagamento das Obrigações Garantidas e/ou (b) mudança nas condições financeiras das Obrigações Garantidas Existentes, incluindo, sem limitação, acréscimo de valor e/ou prolongamento de prazo das obrigações garantidas pela Garantia Existente;
- (xi) Informar os Credores, os Agentes Fiduciários e o Agente, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, sobre qualquer alteração ou aditamento de qualquer termo, condição, dispositivo e/ou anexo, de qualquer forma e independentemente do motivo, da Garantia Existente e/ou dos instrumentos das Obrigações Garantidas Existentes;
- (xii) Informar os Credores, os Agentes Fiduciários e o Agente, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, sobre qualquer evento que, no seu conhecimento, afete negativamente os Imóveis, sobre quaisquer eventos ou situações que coloquem em risco o exercício pelos Credores de seus direitos, garantias e prerrogativas decorrentes deste Contrato e/ou dos demais Documentos da Reestruturação, bem como qualquer descumprimento de qualquer de suas respectivas obrigações nos termos deste Contrato, tomando prontamente todas as medidas cabíveis para evitar ou sanar quaisquer eventos, situações ou descumprimentos acima referidos;
- (xiii) Realizar o pagamento de todos os tributos, taxas e outras despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os Imóveis, incluindo os decorrentes de multas, penalidades, e custos de natureza ambiental, ainda que lançados em nome de terceiros;
- (xiv) Proceder aos registros e averbações deste Contrato e de seus eventuais aditamentos conforme previsto na Cláusula 3 deste Contrato;
- (xv) Manter as instalações, acessões e benfeitorias dos Imóveis, compreendidas na garantia ora instituída, devidamente seguradas, tendo os Credores como beneficiários (após verificação da Condição Suspensiva), contra incêndio e outros riscos, conforme feito normalmente com relação a bens da mesma categoria, com seguradora



LIANDES
Matalia Teófilo da Fernandes Lopes
OAB/RJ 162.109
Advogada

de renome e pelo valor equivalente necessário à recomposição dos Imóveis Alienados Fiduciariamente em caso de sinistro ("Apólices de Seguro");

- (xvi) Assegurar que as Apólices de Seguro serão sempre renovadas. As cópias das novas apólices deverão ser enviadas para o Agente em até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento pelo Garantidor;
- (xvii) Em caso de sinistro, os Credores deliberarão, em até 10 (dez) Dias Úteis, o que será efetuado com os recursos da indenização.
- (xviii) Manter a proporção entre o "valor em risco" declarado nos termos de cada Apólice de Seguro e o "limite máximo das responsabilidades" das seguradoras nos termos de cada uma das Apólices de Seguros de acordo com os níveis atualmente existentes ou melhores;
- (xix) Entregar no prazo máximo de 10 (dez) dias após a formalização deste Contrato e a cada renovação, cópia das Apólices de Seguro, as quais deverão ter os Credores como beneficiários;
- (xx) Pagar pontualmente todos os prêmios devidos com relação às Apólices de Seguro e fornecer aos Credores prova suficiente do pagamento de todos os prêmios de seguro em questão no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento de solicitação escrita dos Credores; e
- (xxi) Realizar todos e quaisquer registros necessários para formalizar a alienação fiduciária sobre qualquer imóvel (e suas edificações, construções, acessões e benfeitorias) que venha a ser alienado fiduciariamente em substituição, no lugar de ou em acréscimo aos Imóveis e entregar aos Credores as certidões necessárias após a conclusão de tais registros.

5.2. Quaisquer valores em relação a débitos, tributos, penalidades, depósitos judiciais, prêmios de seguro ou qualquer outra despesa que incida sobre os Imóveis e/ou sejam inerentes a estes, conforme aplicável, os quais o Garantidor deixe de pagar quando devidos, poderão ser pagos pelos Credores, pelo Agente Fiduciário e/ou pelo Agente, hipótese em que ficarão sub-rogados de pleno direito no respectivo crédito, e serão reembolsados pelo Garantidor no prazo de 05 (cinco) dias úteis após solicitações nesse sentido pelos Credores, pelo Agente Fiduciário e/ou pelo Agente, sendo aplicáveis, em caso de atraso no pagamento, multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

5.3. Os Credores, pelo Agente Fiduciário e/ou o Agente ou qualquer de seus representantes, bem como eventuais terceiros indicados por este, terão direito de



DIANES
Dália Teixeira Fernandes Lopes
OAB/RJ 162.109
Advogada

8

M

8

inspecionar e visitar os Imóveis e quaisquer benfeitorias feitas nos mesmos, no dia e horário previamente acordado entre os Credores e o Garantidor, sendo que, no entanto, nenhum atraso por parte dos Credores ou o não exercício, pelos Credores, de seus direitos de inspecionar será de qualquer forma considerado como dispensa das obrigações do Garantidor de conservar e manter os Imóveis Alienados Fiduciariamente.

5.4. Na ocorrência de qualquer evento, fato ou sinistro que gere aos Credores o direito ao recebimento de qualquer indenização ("Indenização"), nos termos das Apólices de Seguro, os Credores definirão a destinação da Indenização, a seu exclusivo critério.

6. EVENTO DE EXECUÇÃO

6.1. Para fins do presente Contrato, considera-se um "Evento de Execução" (i) não cumprimento, pelo Garantidor, de qualquer obrigação no âmbito do presente Contrato, exceto se tal descumprimento for sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, a não ser que outro prazo seja previsto neste Contrato, (ii) qualquer ato, fato ou circunstância cuja ocorrência ou verificação permita ao Credor declarar vencidas antecipadamente as obrigações pecuniárias de qualquer um dos Documentos da Reestruturação, respeitados os prazos de cura previstos nos respectivos Documentos da Reestruturação; (iii) a falta de pagamento tempestivo de obrigação pecuniária de qualquer Documento da Reestruturação na data devida; e/ou (iv) a existência de procedimento executivo da Garantia Existente.

7. EXCUSSÃO DA GARANTIA

7.1. Respeitada a Condição Suspensiva, mediante a verificação de um Evento de Execução, os Credores e/ou o Agente poderão iniciar o procedimento de excussão dos Imóveis por meio da intimação do Garantidor, por meio de requerimento ao Cartório Competente para realização de intimação do Garantidor, para que o Garantidor efetue o pagamento integral das Obrigações Garantidas, tanto vencidas e exigíveis quanto a vencer até a data do pagamento, corrigidas monetariamente (se aplicável) e acrescidas de juros de mora e encargos, incluindo tributos e despesas incorridos com relação à cobrança e intimação, no prazo de até 15 (quinze) dias a partir da data de tal intimação.

7.1.1. Para os fins desta Cláusula 8, os Credores poderão notificar quaisquer devedores dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, a fim de instruí-los para que, em caso de execução das Garantias Existentes, depositem quaisquer valores relativos aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente em contas bancárias a serem indicadas pelos Credores.

7.1.2. Nos termos do artigo 26, parágrafos §1º, 3º e 4º, da Lei nº 9.514, a intimação ao Garantidor far-se-á pessoalmente e por escrito ao Garantidor, aos seus representantes legais, aos procuradores regularmente constituídos ou ao



ABNDES
Natalia Teixeira Fernandes Lopes
OAB/RJ 162.109
Advogada

funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondências no caso de condomínios edifícios ou outras espécies de conjuntos imobiliários, podendo ser promovida pelo Cartório Competente ou seu preposto, por meio do Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da localização dos Imóveis ou do domicílio de quem deva recebê-la, ou, ainda, pelo correio, com aviso de recebimento a ser firmado pessoalmente pelo representante legal do Garantidor ou procurador regularmente constituído.

- 7.1.3.** Quando, por duas vezes, o Cartório Competente, ou o serventuário por eles credenciado, houver procurado o Garantidor (ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, em seu domicílio ou residência sem o encontrar) na sede indicada neste Contrato, este deverá, havendo suspeita motivada de ocultação, intimar qualquer pessoa de que, no dia útil imediato, retornará ao imóvel, a fim de efetuar a intimação, na hora que designar, aplicando-se subsidiariamente o disposto nos artigos 252, 253 e 254 do Código de Processo Civil. Se a localização dos representantes legais do Garantidor for incerta, inacessível, em local ignorado e/ou não sabida, o fato será certificado pelo serventuário encarregado da diligência e informado ao Cartório Competente, que, à vista da certidão, promoverá a intimação por edital publicado durante 3 (três) dias, pelo menos, em um dos jornais de maior circulação local ou noutro de comarca de fácil acesso, se no local não houver imprensa diária, contado o prazo para purgação da mora da data da última publicação do edital, nos termos do §4º do artigo 26 da Lei 9.514/97.
- 7.1.4.** Realizado pagamento integral das Obrigações Garantidas pelo Garantidor (incluindo o pagamento das despesas de cobrança, de intimação e de publicações nos termos desta Cláusula 7) perante o Cartório Competente, tal importância deverá, nos 3 (três) dias seguintes, ser entregue aos Credores e/ou ao Agente, sendo o Garantidor reintegrado na posse plena da propriedade sobre os Imóveis. Eventuais diferenças entre o valor efetivamente pago pelo Garantidor e o devido aos Credores na data de pagamento deverão ser pagas pelo Garantidor juntamente com os demais débitos que eventualmente vencerem após a purgação da mora junto ao Cartório Competente.
- 7.1.5.** No caso de o Garantidor não quitar integralmente as Obrigações Garantidas até o final do prazo previsto na Cláusula 7.1, poderão os Credores e/ou o Agente, mediante a apresentação do devido recolhimento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, requerer ao Cartório Competente que certifique o decurso *in albis* do prazo para purgação da mora e consolide, em nome dos Credores, a propriedade plena dos Imóveis, contando, a partir do registro da consolidação, o



prazo para a realização dos leilões extrajudiciais previstos em lei e no presente Contrato.

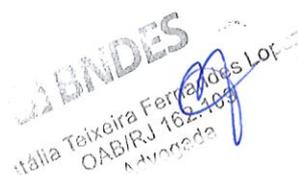
7.2. Consolidada a propriedade dos Imóveis Alienados Fiduciariamente em nome dos Credores, como previsto na Cláusula 7.1 acima, e pago o correspondente Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, os Credores, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do registro da consolidação da propriedade em seu favor, promoverão leilão público extrajudicial para a alienação dos Imóveis Alienados Fiduciariamente, observado o disposto nas cláusulas 2.1.4 a 2.1.6 acima.

7.2.1. O primeiro leilão realizar-se-á dentro de 30 (trinta) dias contados da data do registro da consolidação da propriedade dos Imóveis Alienados Fiduciariamente em nome dos Credores e terá como base o Valor de Avaliação dos Imóveis Alienados Fiduciariamente ou o seu valor venal, o que for maior, observado o disposto nas cláusulas 2.1.4 a 2.1.6 acima.

7.2.1.1 Se, no primeiro leilão, o maior lance oferecido pelos Imóveis for inferior (i) ao respectivo Valor de Avaliação dos Imóveis ou (ii) ao valor venal, o que for maior, será realizado o segundo leilão dentro dos 15 (quinze) dias seguintes.

7.2.1.2 No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido para os Imóveis, desde que cada tal lance seja igual ou superior ao saldo devedor das Obrigações Garantidas, acrescido das despesas, dos prêmios de seguro, encargos legais e contratuais (multas, juros, correção monetária etc.), dos tributos, até a data da realização do leilão, das contribuições aplicáveis, custeio dos reparos necessários à reposição dos Imóveis em bom estado de manutenção e conservação, bem como despesas com os procedimentos de intimação e consolidação da propriedade em nome dos Credores, inclusive relativas ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI e em relação ao laudo de avaliação dos Imóveis.

7.2.1.3 Conforme disposto no artigo 27, § 2º-B da Lei nº 9.514, após a averbação da consolidação da propriedade fiduciária e até a data da realização do segundo leilão, é assegurado ao Garantidor o direito de preferência para adquirir qualquer dos Imóveis por preço correspondente ao saldo devedor das Obrigações Garantidas, acrescido das despesas, dos prêmios de seguro, encargos legais e contratuais (multas, juros, correção monetária etc.), dos tributos, até a data da realização do leilão, das contribuições aplicáveis, custeio dos reparos necessários à reposição dos Imóveis em bom estado de manutenção e



8
o M

conservação, bem como despesas com os procedimentos de intimação e consolidação da propriedade em nome dos Credores, inclusive relativas ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI e em relação ao laudo de avaliação dos Imóveis, incumbindo-se ao Garantidor o pagamento dos encargos tributários e despesas exigíveis para a nova aquisição do Imóveis, inclusive custas e emolumentos respectivos.

7.2.2. Para fins do segundo leilão, o Valor Garantido para os Imóveis leiloados corresponderá aos valores indicados no ANEXO II ("Valor Garantido").

7.2.2.1 Se, no segundo leilão, o maior lance oferecido não for igual ou superior ao respectivo Valor Garantido, ou, ainda, se não houver quaisquer lances para a arrematação dos Imóveis, a propriedade dos Imóveis leiloados será definitivamente dos Credores.

7.2.2.2 Após os Imóveis serem (i) vendidos nos termos desta Cláusula 7.2 ou (ii) transferidos definitivamente para a titularidade dos Credores, os Credores ficarão obrigados a, no prazo de 5 (cinco) dias a partir de tal circunstância, dar quitação do Valor Garantido pelo conjunto de Imóveis mediante termo próprio, ressalvado o quanto disposto na Cláusula 7.5.

7.2.2.3 Para os fins do disposto nesta Cláusula, o Valor Garantido incluirá os seguintes valores:

- (a) valor do saldo em aberto dos valores devidos aos Credores em decorrência das Obrigações Garantidas, incluindo os valores vencidos e não pagos, corrigidos monetariamente até o dia da consolidação da plena propriedade dos Imóveis, acrescidos das respectivas multas moratórias e outras penalidades aplicáveis;
- (b) tributos, contribuições condominiais, foros, bem como despesas de água, luz, gás e outras despesas com serviços de concessionárias (valores vencidos e não pagos até a data do leilão), se for o caso;
- (c) custas e demais encargos de intimação e outras despesas necessárias à realização do leilão, nestas compreendidas as relativas aos anúncios e à comissão do leiloeiro;
- (d) o correspondente Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI; e
- (e) emolumentos e custas cartorárias.

7.2.3. Durante a excussão da alienação fiduciária, os Credores (i) poderão contratar um agente de vendas; e (ii) poderão optar (a seu critério exclusivo ou conforme



LIBNDES
Márcia Teixeira Guimarães Lopes
OAB/RJ 162.109
Advogada

X

M

Y

recomendado pelo agente de vendas) por aceitar lances para a aquisição dos Imóveis Alienados Fiduciariamente, desde que de forma a maximizar os recursos disponíveis para a satisfação das Obrigações Garantidas

7.2.4. Os Credores transmitirão aos licitantes vencedores, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização do leilão, o domínio e a posse dos Imóveis arrematados, correndo por conta destes todas as despesas com a transmissão.

7.2.5. Fica assegurado aos Credores ou aos seus sucessores, inclusive ao(s) adquirente(s) dos Imóveis por força do leilão público acima mencionado, a reintegração da posse dos Imóveis, que será concedida liminarmente, para desocupação em 60 (sessenta) dias. Caso a desocupação não ocorra nesse prazo, será cobrado o valor de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor de alienação dos Imóveis a título de ressarcimento pela utilização deste. Tal verba será devida mesmo com pendência de eventual ação judicial possessória.

7.2.5.1 Ainda, em caso da não desocupação ou devolução dos Imóveis no prazo assinalado, todas as verbas decorrentes da sua utilização, tais como, exemplificativamente, impostos, taxas, água, luz, telefone, gás etc., continuarão a correr por conta do Garantidor, as quais serão consideradas líquidas e certas.

7.3. Quaisquer recursos apurados em razão da excussão das garantias previstas neste Contrato, na medida em que forem recebidos pelos Credores, pelos Agentes Fiduciários e/ou pelo Agente, deverão ser aplicados pelos respectivos Credores, pelos Agentes Fiduciários e/ou pelo Agente para (i) pagamento de todas as despesas despendidas para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Credores, aos Agentes Fiduciários e/ou ao Agente, conforme o caso, e (ii) amortizar ou liquidar integralmente as Obrigações Garantidas da seguinte forma, sem qualquer prioridade entre si: (a) o valor percentual equivalente ao Percentual de Garantia Atribuível ao BNDES será aplicado na amortização das Obrigações Garantidas EAS e (b) o valor percentual restante será aplicado na amortização das Obrigações Garantidas CQGDNSA (para fins de esclarecimento, não contabilizando os Créditos BNDES – EAS Escalonados, conforme definido no Acordo Global), de maneira proporcional ao saldo devedor de cada uma delas.

7.3.1. Para fins de esclarecimento, caso o saldo devedor das Obrigações Garantidas EAS não possa ser integralmente quitado com a execução desta Garantia, o montante que servirá ao pagamento das Obrigações Garantidas EAS amortizará as Obrigações Garantidas EAS considerando-se a proporção do saldo devedor de cada uma delas dentro do universo das Obrigações Garantidas EAS.



X

M

7.4. Caberá ao Agente realizar o rateio dos valores obtidos em razão da excussão das garantias previstas neste Contrato, observada a ordem de pagamento constante no Acordo Global de Reestruturação.

7.5. Sem prejuízo do disposto acima, as Partes concordam que independentemente do valor de venda dos Imóveis, os Credores têm o direito de cobrar o Garantidor até a satisfação integral das Obrigações Garantidas.

7.5.1. Os Credores aplicarão o produto da venda dos Imóveis na amortização ou liquidação, conforme aplicável, mediante pagamento das Obrigações Garantidas, observados os termos, condições e procedimentos previstos nos Documentos da Reestruturação, conforme aplicável, após a dedução das despesas, prêmios de seguro, encargos legais e contratuais, tributos, inclusive do imposto de transmissão recolhido para a consolidação da propriedade e demais despesas incorridas pelos Credores com relação à excussão da alienação fiduciária dentre outros montantes a serem pagos, e transferirão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis subsequentes, ao Garantidor, qualquer valor oriundo de tais alienações que exceder o valor das Obrigações Garantidas, se existente.

7.6. As Partes desde já concordam que, caso o valor total resultante da excussão dos (i) Imóveis não seja suficiente para quitar a totalidade das Obrigações Garantidas, referidos recursos serão aplicados no pagamento de tais Obrigações Garantidas, e não implicarão a quitação integral das Obrigações Garantidas, ou (ii) seja superior ao valor devido nas Obrigações Garantidas, o valor excedente será devolvido ao Garantidor.

7.7. Fica claro e acordado que os procedimentos de excussão aqui previstos poderão ser utilizados pelos Credores uma ou mais vezes.

7.8. Na hipótese de excussão de qualquer das garantias previstas no presente Contrato, o Garantidor não terá qualquer direito de reaver, de qualquer outra entidade do Grupo Queiroz Galvão, dos Credores e/ou de qualquer adquirente dos bens executados ("Outras Entidades") qualquer valor decorrente da referida excussão, não se sub-rogando, portanto, nos direitos de crédito correspondentes às Obrigações Garantidas. O Garantidor reconhece, portanto: (a) que não terá qualquer pretensão ou ação contra qualquer das Outras Entidades a esse título; e (b) que a ausência de sub-rogação não implica enriquecimento sem causa de qualquer das Outras Entidades, haja vista que (i) em caso de excussão da presente garantia, a não sub-rogação representará um aumento equivalente e proporcional no valor dos bens objeto da garantia; e (ii) o valor residual de venda dos bens objeto da presente garantia será restituído ao Garantidor após a liquidação integral das Obrigações Garantidas.



LIBERES
Cátia Teixeira Fernandes Lopez
OAB/RJ 162.109
Advogada

8. PROCURAÇÃO

Para os fins do presente Contrato, o Garantidor nomeia cada um dos Credores, dos Agentes Fiduciários e o Agente, de forma irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 684, 685 e parágrafo único do artigo 686 do Código Civil Brasileiro, como seu procurador, com poderes para assinar quaisquer instrumentos e realizar quaisquer ações que o Garantidor seja ou possa ser obrigado a realizar nos termos deste Contrato, incluindo, sem limitação: (a) praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes para a efetivação dos registros e/ou averbações mencionados ou contemplados no presente Contrato, bem como para o aperfeiçoamento e constituição das garantias previstas no Contrato, incluindo sem limitação quaisquer pedidos de registro a serem efetuados junto ao Cartório Competentes, conforme disposto no Contrato; (b) exclusivamente para fins de constituição, formalização e aperfeiçoamento da garantia prevista no presente Contrato, bem como na hipótese de um Evento de Execução, representar o Garantidor perante juntas comerciais, cartórios de imóveis e quaisquer outros cartórios, e demais órgãos públicos, autarquias e repartições Federais, Estaduais e Municipais, em especial o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e perante quaisquer terceiros, assim como representar o Garantidor na prática de quaisquer atos e/ou na assinatura de quaisquer documentos previstos ou contemplados no presente Contrato; (c) na hipótese de execução da garantia aqui prevista, assinar, em nome do Garantidor, respeitando o disposto neste Contrato, os documentos necessários para a prorrogação dos Empréstimos Intercompany, a realização de venda ou transmissão dos bens aqui dados em garantia, celebrar quaisquer instrumentos e adotar todas as providências necessárias perante qualquer entidade ou autoridade governamental para fins da referida execução, requerer todas e quaisquer aprovações prévias ou consentimentos que possam ser necessários para a acima mencionada execução e para a transferência dos bens aqui dados em garantia realizar, a seu exclusivo critério, leilão público ou venda particular extrajudicial de uma parcela ou da totalidade dos bens aqui dados em garantia, transferindo posse e domínio, dando e recebendo quitações; (d) na hipótese de excussão da garantia aqui prevista, receber o produto financeiro do leilão ou venda dos bens aqui dados em garantia e alocar tal produto financeiro para pagamento das Obrigações Garantidas; (e) na hipótese de ocorrência de um Evento de Execução da garantia aqui prevista, para cumprimento integral das Obrigações Garantidas, renovar, prorrogar ou de outra forma reiterar os termos e condições deste Contrato no intuito de manter constituída a garantia ora outorgada, conforme disposto na Cláusula 2.1 acima, de modo a que as Obrigações Garantidas permaneçam garantidas nos termos deste Contrato por todo o seu prazo de vigência; (f) na hipótese de excussão da garantia aqui prevista, notificar quaisquer devedores dos



Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente a fim de instruí-los para que, em caso de execução das Garantias Existentes, depositem quaisquer valores relativos aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente em contas bancárias a serem indicadas pelos Credores, receber o produto financeiro da excussão da garantia e alocar tal produto financeiro para pagamento das Obrigações Garantidas; e (g) em geral, exercer por e em nome do Garantidor e praticar todos os demais atos que os Credores possam considerar necessários relativos às alíneas (a) a (f) acima; e (h) substabelecer os poderes ora conferidos, com ou sem reserva de iguais poderes, no âmbito de procedimentos judiciais e/ou procedimentos arbitrais para execução e/ou excussão dos Imóveis.

8.1. Neste ato, o Garantidor entrega aos Credores, aos Agentes Fiduciários e ao Agente instrumento autônomo de procuração outorgado nos termos do ANEXO IV a este Contrato, a qual permanecerá válida durante a vigência deste Contrato ou enquanto subsistirem as Obrigações Garantidas, nos termos do seu Contrato Social.

8.2. As procurações irrevogáveis estabelecidas nos termos da presente Cláusula deverão ser renunciadas e devolvidas pelos Credores, pelos Agentes Fiduciários e pelo Agente após cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

9. AGENTE

9.1. Na presente data, os Credores, nomeiam e constituem, no âmbito do presente Contrato, do Termo de Nomeação e do Acordo Global de Reestruturação e do Acordo BNDES - EAS, o Agente para a prestação de serviços de controle de garantia, excussão da garantia e/ou acompanhamento dos procedimentos previstos neste Contrato, para atuar em seu nome e segundo suas instruções, conforme especificado no presente Contrato, podendo, inclusive, aceitar, em representação dos Credores, todos os pagamentos (se houver) feitos ou a serem feitos aos Credores nos termos do presente Contrato. Os Credores poderão, ainda, instruir o Agente a: (a) cumprir em seu nome o disposto no Acordo Global de Reestruturação; e (b) tomar, em nome dos Credores, todas e quaisquer medidas necessárias ou previstas de acordo com as disposições do Acordo Global de Reestruturação e do Termo de Nomeação.

9.2. O Agente poderá ser destituído de suas funções a critério dos Credores, inclusive, sem limitação, nas hipóteses de desempenho insatisfatório, conflito de interesses (comprovado), ou comprovação de irregularidades na prática dos atos a ele atribuídos, caso tenha sido notificado por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência e não tenha sanado eventuais irregularidades, caso aplicável, no prazo determinado na notificação encaminhada pelos Credores nesse sentido. Nesse prazo, deverá ser nomeado pelos Credores um sucessor para a função de agente de garantia.

9.3. Outrossim, o Agente poderá a qualquer momento renunciar às suas funções e ser desonerado de suas obrigações nos termos deste Contrato e dos demais Contratos de



Garantia, mediante notificação por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência aos Credores e ao Garantidor. Nesse prazo, deverá ser nomeado pelos Credores um sucessor para a função de agente de garantia.

9.4. A efetiva exoneração das funções do Agente por destituição ou renúncia somente se aperfeiçoará após a entrega ao novo agente ou aos Credores, das vias originais deste Contrato e dos demais Documentos da Reestruturação que estiverem em poder do Agente, bem como outros documentos a eles relacionados, obrigando-se Credores e o Garantidor a firmar aditamentos e demais documentos necessários, e praticar os demais atos solicitados para refletir tal substituição. Após a exoneração, o Agente estará inteira e imediatamente livre e desobrigado de qualquer responsabilidade como agente de garantias e representante dos Credores.

9.5. O novo agente será investido dos poderes conferidos por este Contrato, conforme indicação dos Credores, a partir da efetiva destituição do Agente anterior, respeitado o disposto na Cláusula 9.4. acima.

9.6. As Partes reconhecem que o Agente foi constituído nos termos desta Cláusula 9 e, assim como qualquer agente de garantia substituto, poderá exercer todos os direitos atribuídos aos Credores neste Contrato e no Termo de Nomeação.

9.7. Não caberá ao Agente a verificação e/ou confirmação dos poderes dos signatários (i) dos Contratos de Garantia; e (ii) das notificações, procurações e demais documentos que porventura venham a ser exigidos no âmbito dos Contratos de Garantia, cabendo esta verificação e/ou confirmação aos Credores.

9.8. Mensalmente, o Agente deverá encaminhar ao Credor o relatório de acompanhamento da presente garantia na forma indicada pela Cláusula 16.1.1 (vii) do Acordo Global de Reestruturação, sendo de conhecimento das Partes que não há, nesta data, qualquer laudo de avaliação do valor da garantia ora constituída, nem compromisso para que tal avaliação seja realizada pelo Garantidor e/ou pelo Agente futuramente.

10. LIBERAÇÃO DA GARANTIA

10.1. Mediante a verificação do cumprimento integral das Obrigações Garantidas pelos Credores, pelos Agentes Fiduciários e pelo Agente, a presente garantia será automaticamente liberada. Não obstante, após a data da comprovada liquidação integral das Obrigações Garantidas, os Credores se obrigam a emitir termo de quitação, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da respectiva solicitação feita pelo Garantidor, em termos aceitáveis aos órgãos de registro competentes, de forma que o Garantidor, em conjunto ou isoladamente, promova o imediato cancelamento do registro da garantia no Cartório Competente.



X

M

o

10.2. Sem prejuízo do disposto acima, exclusivamente nas hipóteses de (i) não ocorrência do Fechamento (conforme definido no Acordo Global de Reestruturação) na Data de Fechamento (conforme definido no Acordo Global de Reestruturação); ou (ii) Acordo Global de Reestruturação ser resolvido antes da ocorrência do Fechamento (conforme definido no Acordo Global de Reestruturação), o presente Contrato ficará resolvido de pleno direito.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Serão da responsabilidade do Garantidor todas as despesas e custos que venham a ser direta e comprovadamente incorridos, inclusive custos, tributos, encargos, taxas, comissões, honorários advocatícios, custas ou despesas judiciais, (a) para fins de todos os registros, averbações e aperfeiçoamentos relativos ao presente Contrato e às garantias aqui previstas, (b) para fins da excussão das mesmas garantias e/ou (c) para exercício ou renúncia de qualquer direito ou prerrogativa dos Credores, conforme estabelecido neste Contrato, ou para resguardar qualquer de tais direitos e prerrogativas, bem como todos os tributos e contribuições incidentes sobre as garantias ora prestadas. Ainda, serão da responsabilidade da Companhia todos os tributos e contribuições incidentes sobre as garantias ora prestadas. Os Credores, os Agentes Fiduciários e o Agente deverão, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da solicitação e envio dos respectivos comprovantes, ser integralmente ressarcidos, pelo Garantidor, solidariamente e sem benefício de ordem, de quaisquer despesas, custos tributos e/ou contribuições referidos nesta Cláusula, caso por qualquer motivo procedam aos respectivos pagamentos em substituição ou por conta do Garantidor, integrando esta obrigação do Garantidor a definição de Obrigações Garantidas.

11.2. Adicionalmente e sem prejuízo do disposto acima e da Cláusula 3.3 do Termo de Nomeação, o Garantidor deverá indenizar e manter indenidos os Credores, os Agentes Fiduciários e/ou o Agente de todas e quaisquer responsabilidades, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando a, honorários e despesas advocatícias razoáveis e devidamente comprovadas), em que os Credores, os Agentes Fiduciários e/ou o Agente comprovadamente venham a incorrer ou que contra eles venha a ser comprovadamente cobrado no âmbito do disposto neste Contrato (excepcionados os atos causados por dolo ou culpa grave dos Credores, dos Agentes Fiduciários e/ou do Agente), exclusivamente nos seguintes casos: (a) referentes ou provenientes de qualquer atraso no pagamento, pelo Garantidor, de tributos eventualmente incidentes ou devidos relativamente aos bens aqui dados em garantia; e/ou (b) referentes à criação e à formalização do gravame aqui previsto.



X
M
J

11.3. Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para os Credores:

(i) Se para o **Bradesco:**

Banco Bradesco S.A.

A/C: Pedro Victor Nascimento Xavier

Endereço: Praia de Botafogo, 300 – 9º Andar

Rio de Janeiro, RJ

Tel: 55 (21) 3043-1556

E-mail: pedro.xavier@bradesco.com.br

(ii) Se para o **Itaú:**

Itaú Unibanco S.A.

A/C: Stephen Aquino, Diego de Souza Aguiar, Samária Zagretti, Rosa Henrique

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, Itaim Bibi

São Paulo, SP

Tel: 55 (11) 3708-8360

Fax: 55 (11) 2553-0534

E-mail: stephen.aquino@itaubba.com

diego.aguiar@itaubba.com

samaria.zagretti@itau-unibanco.com.br

ROHenrique@itaubba.com

(iii) Se para o **Credit Suisse:**

Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores Mobiliários S.A.

A/C: Departamento Jurídico

Endereço: Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700, 10º andar

São Paulo, SP

Tel: 55 (11) 3701-6000



X

M

E-mail: list.csbg-legal@credit-suisse.com

(iv) Se para o **Santander**:

Banco Santander (Brasil) S.A.

A/C: Miguel Armando Lima Brito

Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, 2041 – 24º andar
São Paulo, SP

Tel: 55 (11) 3012 6121

E-mail: miguel.brito@santander.com.br

(v) Se para o **Votorantim**:

Banco Votorantim

A/C: Daniel O. Silva; Rodrigo Pozzani dos Santos

Endereço: Av. das Nações Unidas, 14.171 - 15º andar
São Paulo – SP. CEP: 04794-000

Tel: 55 (11) 5171-2232

55 (11) 5171-2640

E-mails: daniel.olivieri@bv.com.br / rodrigo.pozzani@bv.com.br

(vi) Se para a **PMOEL**:

PMOEL Recebíveis Ltda.

A/C: Marcos Barbieux Lopes

Endereço: Av. Almirante Barroso, 63 – Sala 806
Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-003

Tel: 55 (11) 3231-3700

E-mail: mblopes@uol.com.br

(vii) Se para o **BNDES**:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES



BNDES
Catalia Teixeira Fernandes Lopes
OAB/RJ 162.109
Advogada

A/C: Chefe do Departamento de Gás, Petróleo e Navegação – AE/DEGAP
Haroldo Prates
Elisa Salomão Lage
Endereço: Av. República do Chile, nº 100
Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20031-917
Tel: 55 (021) 3747-7174/-7995/-7447
E-mail: degap@bndes.gov.br
hprates@bndes.gov.br
esalomao@bndes.gov.br

(viii) Se para os Agentes Fiduciários:

(i) Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

A/C: Carlos Alberto Bacha e Rinaldo Rabello Ferreira

Endereço: Rua Sete de Setembro, nº 99 – 24º Andar, Centro

Rio de Janeiro/RJ, CEP 20050-005

Tel: 55 (21) 2507-1949

E-mail: fiduciario@simplificpavarini.com.br

(ii) GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

A/C: Juarez Dias Costa

Endereço: Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, Parte 3, Bloco Itanhangá,

Sala 3105, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ

Tel: 55 (21) 2490-4305

Fax: 55 (21) 3269-2077

E-mail: gdc@gdcctvm.com.br

(ix) Se para o **Agente**:

TMF Administração e Gestão de Ativos Ltda.

A/C: Danilo Batista de Oliveira



BRUNO
Márcia Teixeira Fernandes Lopez
OAB/RJ 162.109
Advogada

8

M

8

Endereço: Alameda Caiapós, 243 - Centro Empresarial Tamboré

Barueri, SP, CEP 06460-110

Tel: 55 (11) 3509-8196

E-mail: danilo.oliveira@tmf-group.com; CTS.Brazil@tmf-group.com

(x) Se para o **Garantidor:**

Agropecuária Rio Arataú S.A.

A/C: Bartolomeu Charles Lima Brederodes; Amilcar Bastos Falcão; Andre de Oliveira Cânciao; Sidney Lee Saikovitch de Almeida; Leandro Luiz Gaudio Comazzetto; Thiago Luiz Regueira dos Santos; Maria Pia Charnaux Lonzetti, Viviane Saraiva Whehaibe; Rosalia Maria Tereza Sergi Agati Camello; Cristiano Borges Castilhos; Gabriel Moussatche.

Endereço: Rua Santa Luzia, 651 - 2º mezanino, 6º e 7º andares Centro, Rio de Janeiro - RJ

E-mails:

bartolomeubrederodes@qgsa.com.br
amilcarfalcao@qgsa.com.br
andrecancio@qggn.com.br
sidney.almeida@qgsa.com.br
leandro.comazzetto@qgsa.com.br
thiago.regueira@qgsa.com.br
maria.lonzetti@qgsa.com.br
viviane.saraiva@queirozgalvao.com
rosalia.camello@queirozgalvao.com
cristiano.castilhos@queirozgalvao.com
gabriel.moussatche@qgsa.com.br

Com cópia para:

BMA ADVOGADOS

A/C: Plínio Simões Barbosa; Rafael Dutra; Felipe Prado; Eduardo G. Wanderley; e Sergio Savi

E-mails:

psb@bmalaw.com.br



38

X

M

8

rafael@bmalaw.com.br

felipeprado@bmalaw.com.br

egw@bmalaw.com.br

sergio.savi@bmalaw.com.br

11.4. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão consideradas devidamente transmitidas: (i) quando recebidas, se entregues em mãos; (ii) quando enviadas por e-mail (desde que o envio seja confirmado por aviso de recebimento do destinatário de pelo menos um dos destinatários indicados na Cláusula 11.3 acima em relação a cada Parte); e (iii) quando enviadas por serviço de courier ou correio com aviso de recebimento pago ou comprovante de entrega, a pelo menos um dos destinatários acima indicados na Cláusula 11.3 (ou outro endereço/destinatário que vier a ser especificado por meio de notificação semelhante).

11.5. O Garantidor não poderá ceder, transferir ou onerar, total ou parcialmente, os bens e direitos objeto deste Contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização dos Credores. Os Credores poderão ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos objeto deste Contrato a qualquer momento, sem anuência prévia por parte do Garantidor ou de qualquer terceiro, observado que o cessionário de tais direitos e obrigações deverá aderir, integralmente, aos termos e condições previstos neste Contrato para que tal cessão tenha validade, sem qualquer necessidade de concordância ou aprovação do Garantidor. Os Credores e o cessionário deverão comunicar às demais Partes a cessão, como condição de eficácia da referida cessão. Todas as Partes concordam em tomar todas as medidas razoáveis necessárias para fins de operacionalização de referida cessão, incluindo, sem limitação, celebração de aditamentos ao presente Contrato, no caso do BNDES, observado o Acordo BNDES-EAS.

11.6. A abstenção de exercício ou faculdade assegurada às Partes por lei ou neste Contrato, bem como tolerância com eventual atraso no cumprimento das obrigações de qualquer das Partes não implicarão novação de qualquer dispositivo deste Contrato, nem impedirão que a respectiva Parte venha exercer seus direitos a qualquer momento.

11.7. Caso uma ou mais disposições deste Contrato ou parte de quaisquer disposições seja, por qualquer motivo, considerada inválida, ilegal ou ineficaz sob qualquer aspecto, em qualquer jurisdição, tal invalidade, ilegalidade ou ineficácia não afetará total ou parcialmente qualquer outra disposição deste Contrato.

11.8. Todas as obrigações assumidas neste Contrato são irrevogáveis e irretroatáveis e se sujeitam a execução específica, sendo facultado à Parte prejudicada utilizar-se de



X

M

X

qualquer ação ou procedimento judicial ou extrajudicial para ver respeitado este Contrato e cumpridas todas as obrigações aqui assumidas. Qualquer das Partes poderá demandar a Parte inadimplente para obter (i) execução específica das obrigações; e/ou (ii) indenização por perdas e danos, nos termos das Leis Aplicáveis.

11.9. Este Contrato não poderá ser modificado ou alterado, sem o consentimento expresso, dado por escrito, por todas as Partes, ou por seus respectivos sucessores. O fato de qualquer das Partes deixar de exercer qualquer direito ou poder ou deixar de utilizar qualquer recurso previsto neste instrumento ou deixar de insistir no cumprimento das obrigações assumidas por qualquer outra Parte no presente, ou ainda qualquer costume ou prática das Partes que se desvie dos termos deste Contrato, não constituirá renúncia por tal Parte ao seu direito de exercer tal direito ou poder, ou de utilizar tal recurso, ou de exigir o cumprimento das obrigações. Os direitos e recursos das Partes do presente são cumulativos e não excludentes dos demais direitos e recursos que possam também vir a ter, agora ou no futuro, seja por lei, equidade ou por outro modo. Qualquer ato contrário a este Contrato que seja praticado por qualquer das Partes será nulo, ineficaz e sem efeito jurídico.

11.10. Caso não haja prazo específico para o cumprimento de qualquer obrigação aqui estabelecida, será considerado o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis.

11.11. O presente Contrato constitui-se em título executivo extrajudicial, para o efeito do disposto no artigo 784, itens III e V, do Código de Processo Civil Brasileiro.

11.12. Para os fins legais, o Garantidor apresenta, neste ato, as seguintes certidões relativas ao Imóvel e ao Garantidor, quando aplicável: (i) certidão da matrícula completa dos Imóveis, emitida pelo respectivo Cartório Competente; (ii) certificação de georreferenciamento do Imóvel emitida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; (iii) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, emitido pelo INCRA para o Imóvel; (iv) comprovante de quitação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (“ITR”) relativo aos 5 (cinco) últimos exercícios, emitido pela Secretaria da Receita Federal; (v) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao ITR, emitida pela Secretaria da Receita Federal; (vi) última declaração do ITR entregue à Secretaria da Receita Federal; (vii) Certidão de Situação Fiscal emitida pela respectiva Prefeitura; (viii) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no dia 20/08/2019, com código de controle 2B29.B988.29CA.47DD, a qual constitui o ANEXO V; e (ix) a certidão de ônus real e reipersecutória do Imóvel ora alienado fiduciariamente e as demais certidões exigidas pelos Cartórios de Registros de Imóveis onde o Imóvel está matriculado e que sejam necessárias ao registro deste Contrato, as quais são parte integrante deste Contrato.



11.13. Este instrumento é regido por e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

11.14. Será competente o foro da Comarca da situação dos Imóveis ou o da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a exclusivo critério dos Credores, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a resolução de qualquer disputa relativa a este Contrato.

11.15. As Partes requerem ao registrador que sejam praticados todos os atos registrários possíveis e, em caso de recusa ou impossibilidade de prática de qualquer deles decorrente deste Contrato, seja aplicado o princípio da cindibilidade para que sejam realizadas as inscrições registrárias possíveis, independentemente de requerimento expresso para tal finalidade, com a elaboração, após os registros dos atos viáveis, de nota devolutiva motivadora da qualificação negativa daqueles considerados inviáveis.

11.16. No caso de desapropriação total ou parcial dos Imóveis, os direitos dos Credores decorrentes deste Contrato ou da propriedade fiduciária criados pelo presente serão subrogados no preço a ser pago pelo poder expropriante, ficando os Credores investidos de poderes irrevogáveis para receber a indenização de tal poder expropriante, relativamente ao imóvel expropriado, na proporção do saldo em aberto das Obrigações Garantidas, sem prejuízo dos demais direitos e prerrogativas concedidos por este Contrato, pelos Instrumentos de Dívida e pelo Acordo Global de Reestruturação, conforme aplicável, ou de qualquer outra forma.

E por assim estarem justas e contratadas, as Partes firmam o presente Contrato em 13 (treze) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

São Paulo, 26 de agosto de 2019.

[AS ASSINATURAS SEGUEM NAS PÁGINAS SEGUINTES]

[RESTANTE DESTA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



X
M
o

(Página de assinatura do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bens Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças)

AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA.

Nome: [assinatura] Nome: [assinatura]
Cargo: Thiago Luiz Regueira dos Santos Cargo: [assinatura]
Procurador

Sidney Lee Saikovitch de Almeida
Procurador



9º TABELIÃO DE NOTAS
Rua Marconi, 124 • 1º ao 6º andar • CEP 01047-000 • São Paulo
Telefone: (11) 3258-2611 - Fax: (11) 2174-6858
www.norcartorio.com.br

Reconheço as 2 firmas com valor econômico por semelhança de THIAGO LUIZ REGUEIRA DOS SANTOS, SIDNEY LEE SAIKOVITCH DE ALMEIDA, do que dou fe

Em tesº da verdade.
São Paulo, Capital, 28 de agosto de 2019.
Válido somente com selo de autenticidade. Selos pagos por verba

RAMON MARQUES DA SILVA
Valor recebido R\$ 19,00

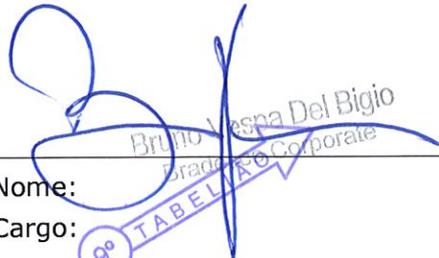
9º TABELIÃO
Rua Marconi, 124 - S. Paulo

Cartório Notarial
CNPJ 05006495/0001-27
113787
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 2
C240Z0AA0629886

[assinatura]

(Página de assinatura do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bens Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças)

BANCO BRADESCO S.A.


Nome: Bruno Vespa Del Bigio
Cargo: Brasão Corporate


Nome: Livia Sendra Coelho Nogueira
Cargo: _____



9.º TABELIÃO DE NOTAS
Rua Marconi, 124 • 1.º ao 6.º andar • CEP 01047-000 • São Paulo
Telefone: (11) 3258-2411 • Fax: (11) 2174-6858
www.nonceartefato.com.br

Reconheço as 2 firmas com valor econômico por semelhança de BRUNO VESPA DEL BIGIO, LIVIA SENDRA COELHO NOGUEIRA, do que dou fé.

Em tes.º da verba de RAMON MARQUES DA SILVA
São Paulo/Capital, 28 de agosto de 2019. Valor recebido R\$ 19,00
Válido somente com selo de autenticidade. Selos pagos por verba



9.º TABELIÃO
Rua Marconi, 124 - S. Paulo - SP - CEP 01047-000



(Página de assinatura do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bens Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças)

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

Fernando do C. Peres Toledo
Gerente Middle Office de Câmbio
CPF: 083.803.908-07

9º TABELIÃO

9º TABELIÃO



9º TABELIÃO DE NOTAS

Rua Marconi, 124 • 1º ao 6º andar • CEP 01047-000 • São Paulo
Telefone: (11) 3258-2611 - Fax: (11) 2174-6858
www.notario.com.br

Reconheço as 2 firmas com valor econômico por semelhança de FERNANDO DO CARMO PERES TOLEDO, MARCIA SOARES DIAS, do que dou fé.

Em tesº da verdade.
São Paulo, Capital, 28 de agosto de 2019. Valor recebido R\$ 19,00
Válido somente com selo de autenticidade. Selos pagos por verba

RAMON MARQUES DA SILVA

Colégio Notarial do Brasil - São Paulo
113787
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 2
C21020AA0629893

TABELIÃO
R. Marconi, 124 - S. Paulo - SP

8

(Página de assinatura do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bens Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças)

**CREDIT SUISSE PRÓPRIO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO
INVESTIMENTO NO EXTERIOR**


Nome: Stephane Lopes
Cargo: PROCURADOR

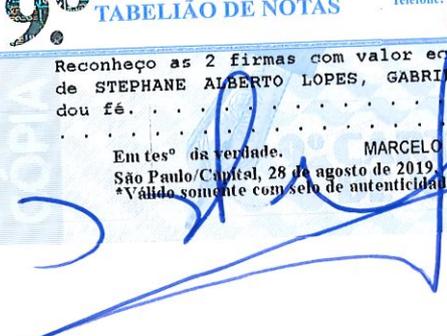

Nome: Gabriela Rodrigues
Cargo: PROCURADOR



9.º TABELIÃO DE NOTAS
Rua Marconi, 124 • 1º ao 6º andar • CEP 01047-000 • São Paulo
Telefone: (11) 3258-2611 - Fax: (11) 2174-6858
www.monocartorio.com.br

Reconheço as 2 firmas com valor econômico por semelhança de STEPHANE ALBERTO LOPES, GABRIELA RODRIGUES, do que dou fé.

Em tesº da verdade. MARCELO CAMPOS DOS SANTOS - Valor recebido R\$ 19,00
São Paulo/Capital, 28 de agosto de 2019. *Válida somente com selo de autenticidade. Selos pagos por verba







(Página de assinatura do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bens Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças)

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.


Nome: Eliana Dozol de Andrade
Cargo: Superintendente


Nome: João Luiz Nogueira
Cargo: Superintendente



9º TABELIÃO DE NOTAS
Rua Marconi, 124 • 1º ao 6º andar • CEP 01047-000 • São Paulo
Telefone: (11) 3258-2611 - Fax: (11) 2174-6858
www.noncartorio.com.br

Reconheço as 2 firmas com valor econômico por semelhança de ELIANA DOZOL DE OLIVEIRA, JOAO LUIZ NOGUEIRA DE ANDRADE, do que dou fé.

Em tes^o da verdade. RAMON MARQUES DA SILVA - São Paulo/Capital, 28 de agosto de 2019. Valor recebido R\$ 19,00
Válido somente com selo de autenticidade. Selos pagos por verba







(Página de assinatura do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bens Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças)

BANCO VOTORANTIM S.A.

Nome: 
Cargo:  **Felipe G. Rocha**
CPF: 299.337.848-11

Nome: 
Cargo:  **Allan Frota Barreto**
Procurador



9º TABELIÃO DE NOTAS
Rua Marconi, 124 • 1º ao 6º andar • CEP 01047-000 • São Paulo
Telefone: (11) 3258-2611 - Fax: (11) 2174-6858
www.nocartorio.com.br

Reconheço as 2 firmas com valor econômico por semelhança de FELIPE GIROTTO ROCHA, ALLAN FROTA BARRETO, do que dou fé.

Em tesº de verdade. RAMON MARQUES DA SILVA.
São Paulo/Capital, 28 de agosto de 2019. Valor recebido R\$ 19,00
Válido somente com selo de autenticidade. Selos pagos por verba

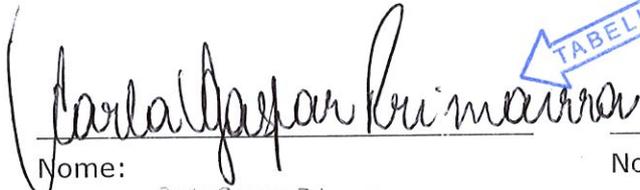
 **9º TABELIÃO DE NOTAS**
Rua Marconi, 124 • S. Paul.





(Página de assinatura do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bens Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES



Nome: Carla Gaspar Primavera
Cargo: Superintendente
Área de Energia



Nome: Haroldo Fialho Prates
Cargo: Chefe de Departamento
AE/DEGAP

9.º TABELIÃO DE NOTAS
Rua Marconi, 124 • 1.º ao 6.º andar • CEP 01047-000 • São Paulo
Telefone: (11) 3258-2611 - Fax: (11) 2114-6858
www.nonocartorio.com.br

Reconheço as 2 firmas com valor econômico por semelhança de HAROLDO FIALHO PRATES, CARLA GASPAS PRIMAVERA, do que dou fé.

Em tes. da verdade. MARCELO CAMPOS DOS SANTOS - São Paulo/Capital, 28 de agosto de 2019. Valor recebido R\$ 19,00
Válido somente com selo de autenticidade. Selos pagos por verba



9.º TABELIÃO DE NOTAS
DANIEL IGNÁCIO
Escritório Autorizado
Rua Marconi, 124 - S. Paulo

TABELIONATO SILVA SOARES
1.º ONI
CNPJ.05000000-27
Maria do Carmo Silva Soares
Tabela Vitalícia

(Página de assinatura do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bens Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças)

PMOEL RECEBÍVEIS LTDA.

Nome: MARCOS BARBIEUX LOPES Nome: _____
Cargo: Dir. Geral Cargo: _____



9º TABELÃO DE NOTAS
Rua Marconi, 124 • 1º ao 6º andar • CEP 01047-000 • São Paulo
Telefone: (11) 3258-2611 • Fax: (11) 2174-6858
www.noticartorio.com.br

Reconheço a 1 firma com valor econômico por semelhança de **MARCOS BARBIEUX LOPES**, do que dou fé.

Em tesº da verdade. **RAMON MARQUES DA SILVA**
São Paulo Capital, 28 de agosto de 2019. Valor recebido R\$ 9,50
Válido somente com selo de autenticidade. Selas pagas por verbal

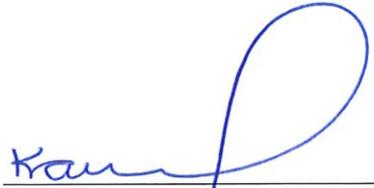
9º TABELÃO DE NOTAS
Rua Marconi, 124 - 8.º. Pac

Colégio Notarial do Brasil São Paulo
113787
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 1
C11020AA0792840

[Handwritten signature]

(Página de assinatura do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bens Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças)

TMF ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA.



Nome: **KARLA FERNANDES**

Cargo:

Nome:

Cargo:



9º TABELIÃO DE NOTAS
Rua Marconi, 124 • 1º ao 6º andar • CEP 01047-000 • São Paulo
Telefone: (11) 3.583-3611 - Fax: (11) 2174-6858
www.nonoartorio.com.br

Reconheço a 1 Firma com valor econômico por semelhança de **KARLA ANDREA FERNANDES**, do que dou fé.

Em te.º da verdade. **RAMON MARQUES DA SILVA** - São Paulo Capital, 28 de agosto de 2019. Valor recebido R\$ 9,50
Válido somente com selo de autenticidade. Selos pagos por verba

9º TABELIÃO
Rua Marconi, 124 - S. Paulo

9º TABELIÃO
Colégio Notarial do Brasil do Estado de São Paulo
113787
FIRMA FIDUCIARIA
VALOR ECONOMICO 1
C11020AA0792847



(Página de assinatura do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bens Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças)

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.


Nome: _____ Nome: _____
Cargo: _____ Cargo: _____
Rinaldo Rabello Ferreira
CPF: 509.941.827-91



9.º TABELÃO DE NOTAS
Rua Marconi, 124 • 1.º ao 6.º andar • CEP 01047-000 • São Paulo
Telefone: (11) 3258-6111 Fax: (11) 2174-6858
www.noscartorio.com.br

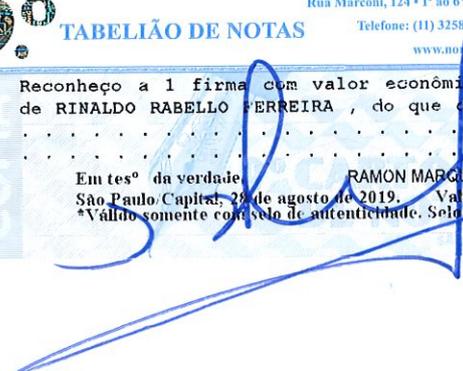
Reconheço a 1 firma com valor econômico por semelhança de RINALDO RABELLO FERREIRA, do que dou fé.

Em tes.º da verdade. RAMON MARQUES DA SILVA -
São Paulo, Capital, 28 de agosto de 2019. Valor recebido R\$ 9,50
Válido somente com selo de autenticidade. Selos pagos por verba

CÓPIA

9.º TABELÃO DE NOTAS
Ramon Marques da Silva
Escritório A
Rua Marconi, 124 - S. Paulo

Colégio Notarial do Brasil - São Paulo
113787
FIRMA
VALOR ECONÔMICO: 1
C11020AA0792854



(Página de assinatura do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bens Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças)

GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Juarez Dias Costa
Nome:
Cargo: **Juarez Dias Costa**
Diretor

Nome:
Cargo:



9^o TABELIÃO DE NOTAS
Rua Marconi, 124 • 1^o ao 6^o andar • CEP 01047-000 • São Paulo
Telefone: (11) 258-2411 - Fax: (11) 2174-6858
www.nonocertorio.com.br

Reconheço a 1 firma com valor econômico por semelhança de JUAREZ CELIO DA GAMA DIAS COSTA, do que dou fé.

Em tes^o da verdade. RAMON MARGUES DA SILVA - São Paulo/Capital, 28 de agosto de 2019. Valor recebido R\$ 9,50
Válido somente com selo de autenticidade. Selos pagos por verba

9^o TABELIÃO
Rua Marconi, 124 - 9. Paulo

Colégio Notarial do Brasil - São Paulo
113787
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 1
C11020AA0792861

[Handwritten mark]

(Página de assinatura do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bens Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças)

TESTEMUNHAS

1. Larissa G. Ferreira 2. Lucas Santos Pereira

Nome: Larissa Gonçalves Ferreira Santos
RG: 45.924.774-8
CPF: 467.143.738-48

Nome: Lucas Santos Pereira
RG: 17.467.265-55 P/MG
CPF: 091.005.896-07

**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEL
CIDADE E COMARCA TUCURUI**
Estado do Pará

Matrícula nº 17331 Fis. 09 do Livro nº 1-B
30 de agosto de 2019
Folhas nº do Livro 2
M. 06 M. 9553 Fis. nº 147 do Livro 2 NN
M. Fis. nº do Livro 2
Tucuruí - PA 02 de Setembro de 2019


Oficial do Registro
Sandro Stello Silva Soares
Tabelião Substituto



TABELIONATO SILVA SOARES
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.006.457/0001-27
Maria do Carmo Silva Soares
Tabeliã Vitalícia

**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEL
CIDADE E COMARCA TUCURUI**
Estado do Pará

Matrícula nº 17332 Fis. 09 do Livro nº 1-B
30 de agosto de 2019
Folhas nº do Livro 2
M. 03 M. 9580 Fis. nº 148 do Livro 2 NN
M. Fis. nº do Livro 2
Tucuruí - PA 02 de Setembro de 2019


Oficial do Registro
Sandro Stello Silva Soares
Tabelião Substituto



TABELIONATO SILVA SOARES
1º OFÍCIO
CNPJ: 05.006.457/0001-27
Maria do Carmo Silva Soares
Tabeliã Vitalícia
Sandro Stello Silva Soares
Tabelião Substituto
Bruno César Soares Maia
Tabelião Substituto
Tucuruí - Pará

LIBANDES
Tatália Teixeira Fernandes Lopes
CAB. nº 122.109
Assinante

ANEXO A – CONTRATOS DE GARANTIA

Os Contratos de Garantia são os seguintes instrumentos, celebrados nesta data:

01. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Construtora Queiroz Galvão S.A. e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão S.A. e o Agente.

02. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão S.A. e o Agente.

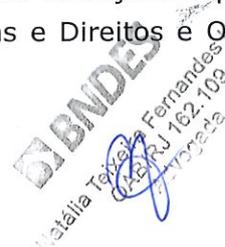
03. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Timbaúba S.A. e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. e o Agente.

04. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Vital Engenharia Ambiental S.A. e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão S.A. e o Agente.

05. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da ENGETEC Construções e Montagens S.A. e Outras Avenças, celebrada entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão S.A., a QGMI Participações S.A. e o Agente.

06. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. Sob Condição Suspensiva, Cessão Fiduciária do Produto da Excussão de Garantias de Bens e Direitos e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. e o Agente.

07. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. – SAAB Sob Condição Suspensiva, Cessão Fiduciária do Produto da Excussão de Garantias de Bens e Direitos e Outras Avenças,



celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão Saneamento S.A. e o Agente.

08. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Penhor em 2º Grau de Ações da Rodovias Integradas Paraná S.A. – VIAPAR Sob Condição Suspensiva, Cessão Fiduciária do Produto da Excussão de Garantias de Bens e Direitos e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. e o Agente.

09. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Concessionária Rio – Teresópolis – CRT Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão Logística S.A., a Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. e o Agente.

10. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Penhor de Ações em Segundo Grau da Concessionária Rio – Teresópolis – CRT Sob Condição Suspensiva Cessão Fiduciária do Produto da Excussão de Garantias de Bens e Direitos e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão Logística S.A. e o Agente.

11. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Queiroz Galvão Energia S.A. Sob Condição Suspensiva, Cessão Fiduciária do Produto da Excussão de Garantias de Bens e Direitos e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão Infraestrutura S.A. e o Agente.

12. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Penhor de Ações em Segundo Grau da Queiroz Galvão Energia S.A. e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão Infraestrutura S.A. e o Agente.

13. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Enauta Participações S.A. Sob Condição Suspensiva, Cessão Fiduciária do Produto da Excussão de Garantias de Bens e Direitos e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners



X

M

X

Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão S.A. e o Agente. (Penhora BTGP)

14. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Penhor de Ações da Enauta Participações S.A. em Segundo Grau Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão S.A. e o Agente.

15. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Enauta Participações S.A. Sob Condição Suspensiva, Cessão Fiduciária do Produto da Excussão de Garantias de Bens e Direitos e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão S.A. e o Agente. (Penhora Itaú)

16. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Enauta Participações S.A. Sob Condição Suspensiva, Cessão Fiduciária do Produto da Excussão de Garantias de Bens e Direitos e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão S.A. e o Agente. (Prioridade J.Malucelli)

17. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Enauta Participações S.A. e Outras Avenças, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Queiroz Galvão S.A. e o Agente.

18. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Enauta Participações S.A. e Outras Avenças, celebrado entre o Itaú Unibanco S.A, a Queiroz Galvão S.A. e o Agente.

19. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Enauta Participações S.A. e Outras Avenças, celebrado entre o Banco Santander (Brasil) S.A., a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão S.A. e o Agente.

20. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Enauta Participações S.A. e Outras Avenças, celebrado entre o Banco Bradesco S.A.,



BNDES
Tábia Teresa Fernandes Lopes
OAB RJ 162.109
Advogada

a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão S.A. e o Agente.

21. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Enauta Participações S.A. e Outras Avenças, celebrado entre o Banco Votorantim S.A, a Queiroz Galvão S.A. e o Agente.

22. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Enauta Participações S.A. e Outras Avenças, celebrado entre PMOEL Recebíveis Ltda., a Queiroz Galvão S.A. e o Agente.

23. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Ações da Enauta Participações S.A. e Outras Avenças, celebrado entre o Credit Suisse Próprio Fundo De Investimento Multimercado Investimento no Exterior, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão S.A. e o Agente.

24. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bens Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Agropecuária Rio Arataú Ltda. e o Agente.

25. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bovinos Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Agropecuária Rio Arataú Ltda. e o Agente.

26. Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios dos Empréstimos Seniores e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão S.A., a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, a Construtora Queiroz Galvão S.A., a Construtora Queiroz Galvão S.A. – Sucursal Angola, a Construtora Queiroz Galvão S.A. – Sucursal Chile, a CQG Oil & Gas Contractors Inc., COSIMA – Siderúrgica do Maranhão Ltda., Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A., a Queiroz Galvão Infraestrutura S.A., a Queiroz Galvão Logística S.A., a Queiroz Galvão Saneamento S.A., Queiroz Galvão International Ltd., a Queiroz Galvão Mineração S.A., a Timbaúba S.A. e o Agente.

27. Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária De Quotas da Agropecuária Rio Arataú Ltda. Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado entre os Credores, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a



LI BANDES
Márcia Tel. (11) 162.109
OAB nº 11.162.109
Advogada

X

M

Y

Construtora Queiroz Galvão S.A., a Transportadora Guarany Logística Ltda. e o Agente. **28.** Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária, Administração de Contas e Outras Avenças, celebrado em 26 de agosto de 2019, entre os Credores, o Banco BTG Pactual S.A., o Banco Crédito Agricole Brasil S.A., o Banco ABC Brasil S.A., a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Queiroz Galvão S.A., a Construtora Queiroz Galvão S.A., a Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A., a Queiroz Galvão Saneamento S.A., a Queiroz Galvão Logística S.A., a Timbaúba S.A., a Queiroz Galvão Infraestrutura S.A., a Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A., a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, a Construtora Queiroz Galvão S.A. – Sucursal Angola, a Construtora Queiroz Galvão S.A. – Sucursal Chile, a CQG Oil & Gas Contractors Inc., COSIMA – Siderúrgica do Maranhão Ltda., Queiroz Galvão International Ltd., a Queiroz Galvão Mineração S.A., e o Agente, dentre outros.



LEONDES
Marla do Carmo Silva Soares
OAB/RJ nº 109.109
P. 109.109

X

M

X

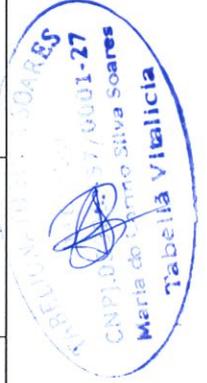
ANEXO I - OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

1) Obrigações Garantidas COGDNSA

Para fins deste Anexo, "Taxa DI" significa as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>).

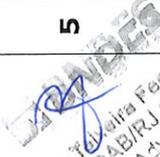
Nº	Instrumento	Credor (es) e Agente (s)	Devedor	Data de celebração	Valor de Principal na Data de Assinatura	Vencimento Final	Remuneração
1	Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças	Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Votorantim S.A., Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior, Banco Santander (Brasil) S.A.,	QGSA, Pindaré, CQG, CQG - Angola, CQG - Chile, CQG Oil&Gas, COSIMA, QGDN, QG Infra, QGLOG, QG Saneamento, QG International, QG Mineração e QG Alimentos.	26/08/2019	Pagamentos ou reembolsos de quaisquer valores, custos, despesas e tributos que sejam devidos nos termos do Acordo.	04/07/2027	Não Aplicável

ALBINO DEES
 Est. 100/2017 - OAB/RJ 162.109
 Advogada



Handwritten marks: a checkmark and a signature.

3	Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis e Não Permutáveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Construtora Queiroz Galvão S.A.	GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Construtora Queiroz Galvão S.A.	31/10/2014	BRL 200.000.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027
4	CCB nº 10011908001700 (Para conversão dos ACCs e do Loan)	Itaú Unibanco S.A.	Construtora Queiroz Galvão S.A.	26/08/2019	Até R\$300.000.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027
5	CCB Itaú nº 101115080005300	Itaú Unibanco S.A.	Queiroz Galvão S.A.	26/08/2015	BRL 50.000.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027
6	CCB Itaú nº 10112010002600	Itaú Unibanco S.A.	Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	5/01/2012	BRL 50.000.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI


 Tábella Vitalícia Fernandes Lora
 OAB/RJ 162.109
 Advogada







									até 04/07/2027
7	CCB 101115060002300	Itaú nº	Itaú Unibanco S.A.	Queiroz Galvão S.A.	9/06/2015	BRL 37.750.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027	
8	CCB 101116110007600	Itaú nº	Itaú Unibanco S.A.	Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	1/12/2016	BRL 40.800.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027	
9	CCB 101116120003700	Itaú nº	Itaú Unibanco S.A.	Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	12/12/2016	BRL 40.800.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027	
10	CCB 101116120003800	Itaú nº	Itaú Unibanco S.A.	Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	12/12/2016	BRL 7.650.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027	
11	CCB 101116120005800	Itaú nº	Itaú Unibanco S.A.	Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	15/12/2016	BRL 78.778.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027	




 Maria Tereza Fernandes Leif
 OAB/RJ 162.709
 Advogada







									até 04/07/2027
12	CCB Itaú nº 101116120007300	Itaú Unibanco S.A.	Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	22/12/2016	BRL 72.200.000,00	04/07/2027			130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027
13	CCB Itaú nº 101116120008400	Itaú Unibanco S.A.	Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	26/12/2016	BRL 21.250.000,00	04/07/2027			130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027
14	Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Constituição de Obrigação de Pagamento	Banco Votorantim S.A.	Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	26/8/2019	BRL 521.277.976,88	04/07/2027			130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027
15	Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Construtora Queiroz Galvão S.A.	PMOEL Recebíveis Ltda.	Construtora Queiroz S.A.	6/12/2013	BRL 200.000.000,00	04/07/2027			130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027



RECEBÍVEL
Márcia Aparecida de Fátima
15/07/2021 15:20:00
7411200

Handwritten marks: a blue 'X' and a blue checkmark.

Handwritten mark: a blue 'M'.

	16	Contratos de Garantia	Credores	Não Aplicável	26/08/2019	Pagamentos ou reembolsos de quaisquer valores, custos, despesas e tributos que sejam devidos nos termos dos Contratos de Garantia	Conforme detalhado, em cada caso, nos Contratos de Garantia	Não Aplicável
--	----	-----------------------	----------	---------------	------------	---	---	---------------

* Nota: A Taxa de Juros poderá se manter a 130% após 03/07/2021, caso as Devedoras deixem de cumprir determinadas condições.



8

8

3

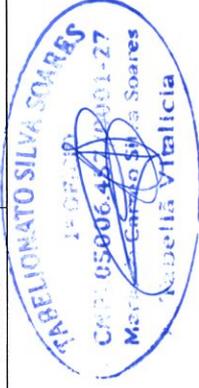
2) Obrigações Garantidas EAS

As Obrigações Garantidas EAS são as obrigações assumidas pela Queiroz Galvão S.A., pela Construtora Queiroz Galvão S.A. e pela Queiroz Galvão Naval S.A., na qualidade de fiadoras, na forma do Acordo BNDES-EAS, e por Queiroz Galvão S.A.; Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré; Construtora Queiroz Galvão S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A. – Sucursal Angola; Construtora Queiroz Galvão S.A. – Sucursal Chile; CQG Oil & Gas Contractors Inc.; COSIMA – Siderúrgica do Maranhão Ltda.; Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.; Queiroz Galvão Logística S.A.; Queiroz Galvão Saneamento S.A.; Queiroz Galvão International Ltd.; Queiroz Galvão Mineração S.A.; Queiroz Galvão Infraestrutura S.A.; Timbaúba S.A., CQG, na forma do Acordo Global de Reestruturação.

De acordo com os termos do Acordo BNDES-EAS e do Acordo Global de Reestruturação, os valores garantidos por meio deste Contrato são aqueles referentes à porção de 50% (porção essa garantida pelas fianças outorgadas pela Queiroz Galvão S.A. e pela Construtora Queiroz Galvão S.A.) dos endividamentos relativos a contratos de financiamento celebrados entre o BNDES e o Estaleiro Atlântico Sul S.A. listados na planilha abaixo (bem como instrumentos a eles relacionados ou acessórios) para fins de esclarecimento:

Nº	Instrumento	Credor (es) e Agente (s)	Devedor	Data de celebração	Valor de Principal na Data de Assinatura	Vencimento Final	Remuneração	Cláusula Penal
	Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	QGSA, CQG e Queiroz Galvão Naval S.A.	26/08/2019	Valor agregado de Principal dos Contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 07.2.0255.1,	Enquanto vigerem os Contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito	Não Aplicável	Não Aplicável

BNDES
 Maria Tereza Fernandes LOPES
 OAB/RJ 162.109
 Advogada



2

X

3

2	Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 07.2.0255.1	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	EAS	09/07/2007	R\$513.400.000,00	nº 09.2.0271.1, nº 10.2.1322.1 e nº 12.2.0515.1, observada a porção garantida por QGSA, CQG e Queiroz Galvão Naval S.A.	nº 07.2.0255.1, nº 09.2.0271.1, nº 10.2.1322.1 e nº 12.2.0515.1	10/12/2027, conforme previsto no Contrato nº 07.2.0255.1. Todavia, caso haja repactuação da forma de pagamento da parcela afiada por QGSA/CQG na dívida dos Contratos EAS, o prazo final para o pagamento pelas mesmas será em 03/07/2037.	4,1% ao ano, acima da TJLP, até 10/07/2012; 5,0% ao ano, acima da TJLP, a partir de 11/07/2012. Caso a Devedora mantenha o ICSD maior ou igual a 1,2, os juros serão reduzidos para 4,1% ao ano, acima da TJLP.	Pena convencional de até 10% e juros moratórios de 1% ao ano, nos termos dos artigos 42 e 44 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, à vigentes à época da contratação

BRANDES
Luzia Teixeira Fernandes Lot.
CAB/RJ 162-109
Av. Marechal



X

X

M

3	<p>Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 09.2.0271.1 ("Contrato nº 09.2.0271.1")</p>	<p>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES</p>	<p>EAS</p>	<p>28/05/2009</p>	<p>R\$542.144.000,00 sendo: Subcrédito A: R\$188.293.000,00 Subcrédito B: R\$353.851.000,00</p>	<p>10/12/2027, conforme previsto no Contrato nº 09.2.0271.1. Todavia, caso haja repactuação da forma de pagamento da parcela afiada por QGSA/CQG na dívida dos Contratos EAS, o prazo final para o pagamento pelas mesmas será em 03/07/2037.</p>	<p>3,84% ao ano, acima da TJLP, até 10/07/2012; 4,34% ao ano, acima da TJLP, a partir de 11/07/2012. Caso a Devedora mantenha o ICSD maior ou igual a 1,2, os juros serão reduzidos para 3,84% ao ano, acima da TJLP.</p>	<p>Pena convencional de até 10% e juros moratórios de 1% ao ano, nos termos dos artigos 42 e 44 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, vigentes à época da contratação.</p>
---	--	---	------------	-------------------	---	---	---	---



BNDES
 Tatiana Teixeira Fernandes Lott
 OAB/RJ nº 102.109
 Advogada

[Handwritten signature]

4	<p>Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 10.2.1322.1 ("Contrato nº 10.2.1322.1")</p>	<p>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES</p>	<p>EAS</p>	<p>30/09/2010</p>	<p>sendo: Subcrédito A: R\$13.043.400,00 Subcrédito A1: R\$2.608.600,00 Subcrédito B: R\$264.708.000,00</p>	<p>10/04/2028, conforme previsto no Contrato nº 10.2.1322.1. Todavia, caso haja repactuação da forma de pagamento da parcela afiançada por QGSA/CQG na dívida dos Contratos EAS, o prazo final para o pagamento pelas mesmas será em 03/07/2037.</p>	<p>Subcrédito A e A1: 4,64% ao ano, acima da TJLP, a contar de 11/04/2015. Subcrédito B: 2,87% ao ano, acima da TJLP, a contar de 11/04/2015.</p>	<p>Pena convencional de até 10% e juros moratórios de 1% ao ano, nos termos dos artigos 42 e 44 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, vigentes à época da contratação.</p>
---	--	---	------------	-------------------	--	--	--	---



BNDES
Tália Oliveira Fernandes Lora
CNPJ/RJ 162.109
Autenticada

Handwritten signatures and initials in blue ink.

5	<p>Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0515.1 ("Contrato nº 12.2.0515.1")</p>	<p>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES</p>	<p>EAS</p>	<p>12/06/2012</p>	<p>R\$ 458.000.000,00 0 sendo: Subcrédito A1: R\$24.000.000,00; Subcrédito A2: R\$6.000.000,00; Subcrédito B: R\$423.000.000,00 ; Subcrédito C: R\$5.000.000,00.</p>	<p>10/12/2034, conforme previsto no Contrato nº 12.2.0515.1. Todavia, caso haja repactuação da forma de pagamento da parcela afluída por QGSA/CQG na dívida dos Contratos EAS, o prazo final para o pagamento pelas mesmas será em 03/07/2037.</p>	<p>Subcrédito A1 e A2: 4,44% ao ano, acima da TJLP; Subcrédito B: 2,39% ao ano, acima da TJLP; Subcrédito C: 2,05% ao ano acima da TJLP.</p>	<p>Pena convencional de até 10% e juros moratórios de 1% ao ano, nos termos dos artigos 42 e 44 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, vigentes à época da contratação.</p>
---	--	---	------------	-------------------	--	--	--	---

Segundo o Acordo BNDES-EAS e o Acordo Global de Reestruturação, caso haja o vencimento de qualquer valor oriundo dos instrumentos listados na planilha acima, 50% de tal montante vencido será pago pelas fiadoras de acordo com o cronograma previsto no Acordo Global de Reestruturação, com vencimento final em 04/07/2027, e juros remuneratórios de (i) 130% da Taxa DI até 03/07/2021, e 110% da Taxa DI até 04/07/2027, sendo certo que a Taxa de Juros poderá se manter a 130% após 03/07/2021, caso as Devedoras deixem de cumprir determinadas condições.

Tabella Vitalicia
 OAP nº 162.109
 Advogada



Handwritten marks: a checkmark and the number 3.

ANEXO II – IMÓVEIS



Descrição dos Imóveis	
Município:	Novo Repartimento / Tucuruí / Pacajá – Estado do Pará
Registro de Imóveis:	1º Ofício Tabelionato de Notas e Registro de Imóvel, Títulos e Documentos da Cidade e Comarca de Tucuruí, Estado do Pará
Matrículas nº:	9.553 e 9.580
Proprietário:	AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA. , sociedade de responsabilidade limitada, com sede na Rodovia Transamazônica, Km 206, na cidade de Novo Repartimento, no Estado do Pará, CEP 68473-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.078.415/0001-00, neste ato representada nos termos do seu Contrato Social, por seus representantes legais abaixo assinados.
Título e modo de aquisição	<p><u>Matrícula nº 9.553</u>: Lote nº 01 de João Ribeiro dos Santos e sua mulher Rosilda Martins Jorge dos Santos, em 04/01/1985 através da Escritura Pública de Compra e Venda, registrada em 05/03/1985 na Comarca de Breves-PA às Fls. 40vº, sob o nº R-4-289, do Livro 2-B(RG).</p> <p><u>Matrícula nº 9.580</u>: Lote nº 04 de Ademar Herenio de Moraes e sua mulher Maria Silvia Castro Moraes, em 07/04/1986, através da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 07/04/1986, às fls. 37, no livro nº 465, nas Notas do Cartório do 2º Ofício de Belém/PA, registrada na matrícula nº 1.067 as folhas 219 do Livro 2-D, do Registro de Imóveis da Comarca de Breves-PA; Lote nº 06 de Anizio de Moraes Sobrinho e sua mulher Regina Célia Macedo de Moraes, em 07/04/1986 através da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 07/04/1986, às fls. 37, no livro nº 465, nas Notas do Cartório do 2º Ofício de Belém/PA, registrada na matrícula nº 138 do Registro de Imóveis da Comarca de Breves-PA; Lote nº 08 de Anizio de Moraes Sobrinho e sua mulher Regina Célia Macedo de Moraes, em 07/04/1986 através da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 07/04/1986, às fls. 37, no livro nº 465, nas Notas do Cartório do 2º Ofício de</p>






	Belém/PA, registrada na matrícula nº 492 do Registro de Imóveis da Comarca de Breves-PA.
Descrição dos Imóveis:	<p><u>Matrícula nº 9.553:</u></p> <p>"Uma área de terra rural medindo 25.813,6762 ha (vinte e cinco mil oitocentos e treze hectares, sessenta e sete ares e dois centiares) com perímetro de: 90.826,39 m, com a seguinte descrição do perímetro: Inicia-se a descrição desse perímetro no vértice B91-M-1599, de coordenadas LONGITUDE: 49°59'46,379" W e LATITUDE: 3°57'20,778" S; deste segue confrontando com a FAZENDA PONTAL, propriedade de MAURICIO ASSUNÇÃO REZENDE; com os seguintes azimutes e distancias: 166°34' e de 5053.37m até o vértice B19-M-1600, de coordenadas LONGITUDE: 49°59'08,359" X e LATITUDE: 4°00'00,800" S; situado na margem esquerda do RIO CUPÚ; deste segue o referido a montante, com os seguintes azimutes e distâncias: 152°38' e de 74.36m até o vértice C7X-M-0016, de coordenadas LONGITUDE: 49°59'07,251" W e LATITUDE: 4°00'02,950" S; deste que segue confrontando com a FAZENDA GUARIPÉ, propriedade de VALE DO CARIPÉ AGRO INDUSTRIAL S/A; com os seguintes azimutes e distâncias: 168°41' e de 4385.78m até o vértice EDQV-M-1681, de coordenadas LONGITUDE: 49°58'39,357 W e LATITUDE: 4°02'22,956" S; deste segue confrontando com FAZENDA ARATAÚ – PARTE 2, propriedade de AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA; com os seguintes azimutes e distâncias: 262°10' e de 6721.85m até o vértice EDQV-M-1986, de coordenadas LONGITUDE 50°02'15,244" W e LATITUDE: 4°02'52,755" S; deste segue confrontando com FAZENDA ARATAU – PARTE 2, propriedade de AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA; com os seguintes azimutes e distâncias: 341°06' e de 2449.58m até o vértice EDQV-M-1985, de coordenadas LONGITUDE: 50°02'40,957" W e LATITUDE: 4°01'37,304" S; 252°02' e de 3909.52m até o vértice EDQV-M-1988, de coordenadas LONGITUDE: 50°04'41,529" W e LATITUDE: 4°02'16,531" S; 164°04'24,299" W e de 1935.80 até o vértice EDQV-M-1987, de coordenadas LONGITUDE: 50°04'24,299 W e LATITUDE: 4°03'17,130" S; 251°56' e de 2077.65m até o vértice EDQV-M-1989, de coordenadas LONGITUDE: 50°05'28,338" W e LATITUDE: 4°03'38,096" S; 163°59' e</p>

Wafália Teixeira Fernandes LOPES
Advogada

X

X

M



de 299.76m até o vértice EDQV-M-1689, de coordenadas LONGITUDE: 50°05'25,657" W e LATITUDE: 4°03'47,476"S; 163°42' e de 1801.11m até o vértice EDQV-M-1688, de coordenadas LONGITUDE: 50°05'09,269" W e LATITUDE: 4°04'43,755" S; 159°09' e de 1158.61m até o vértice EDQV-M-1693, de coordenadas LONGITUDE: 50°04'55,905" W e LATITUDE: 4°05'19,006" S; 157°14' e de 690.04m até o vértice EDQV-M-1692, de coordenadas LONGITUDE: 50°04'47,249" W e LATITUDE: 4°05'39,721" S; 253°08' e de 7835.90m até o vértice EDQV-M-1696, de coordenadas LONGITUDE: 50°08'50,386" W e LATITUDE: 4°06'53,692" S; 166°07' e de 885.69m até o vértice EDQV-M-1697, de coordenadas LONGITUDE: 50°08'43,498" W e LATITUDE: 4°07'21,684" S, 71°54' e de 1541.30m até o vértice EDQV-M-1684, de coordenadas LONGITUDE: 50°07'55,995" w E LATITUDE 4°07'06,106" S; 163°25' e de 1995.51m até o vértice EDQV-M-1683, de coordenadas LONGITUDE: 50°07'37,533" W e LATITUDE: 4°08'08,369" S; deste segue confrontando com FAZENDA FUTUROSA, propriedade de EDSON RODRIGUES DA SILVA; com os seguintes azimutes e distâncias 254°19' e de 407.50m até o vértice EDQV-M-1685, de coordenadas LONGITUDE: 50°07'50,254" W e LATITUDE: 4°08'11,953" S; 254°12' e de 872.41m até o vértice B91-M-1618, de coordenadas LONGITUDE: 50°08'17,473" W e LATITUDE: 4°08'19,680" S; deste segue confrontando com FAZENDA TRANSAMAZÔNICA, propriedade de ADELSON SOUSA DE OLIVEIRA; com os seguintes azimutes e distâncias: 254°06' e de 707.78m até o vértice B91-M-1605, de coordenadas LONGITUDE: 50°08'39,545" W e LATITUDE: 4°08'25,986" S; 184°39' e de 861.68m até o vértice B91-M-1606, de coordenadas LONGITUDE: 50°08'41,818" W e LATITUDE: 4°08'53,945" S; 270°46' e de 1695.49m até o vértice B91-M-1607, de coordenadas LONGITUDE: 50°09'36,786" W e LATITUDE: 4°08'53,194" S; 201°35' e de 1250.64m até o vértice EDQV-M-1722, de coordenadas LONGITUDE: 50°09'51,709" W e LATITUDE: 4°09'31,051" S; deste segue pela faixa de domínio da(o) RODOVIA BR-230, com os seguintes azimutes e distâncias: 272°14' e de 50.13m até o vértice B91-M-1608, de coordenadas LONGITUDE: 50°09'53,333" W e LATITUDE: 4°09'30,987" S; 272°32' e de 782.05m até o vértice B91-M-1609, de coordenadas

DIENES
Natalia Teixeira Fernandes
OAB/RS 162.169
Advogada

X
M



LONGITUDE: 50°10'18,665" W e LATITUDE: 4°09'29,859" S; deste segue confrontando com FAZENDA SANTA VITÓRIA, propriedade de HELENA GUIMARÃES DE ANDRADE GARCIA; com os seguintes azimutes e distâncias: 24°27' e de 1379.36m até o vértice B91-M-1610, de coordenadas LONGITUDE: 50°10'00,145" W e LATITUDE: 4°08'48,985" S; 254°32' e de 361.81m até o vértice B91-M-1611, de coordenadas LONGITUDE: 50°10'11,452" W e LATITUDE: 4°08'52,123" S; 343°39' e de 2489.02m até o vértice EDQV-M-1723, de coordenadas LONGITUDE: 50°10'34,153" W e LATITUDE: 4°07'34,365" S; deste segue confrontando com GLEBA PACAJAZINHO - INCRA, propriedade de INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA; com os seguintes azimutes e distâncias: 343°39' e de 12673.10m até o vértice B91-M-1612, de coordenadas LONGITUDE: 50°12'29,710" W e LATITUDE: 4°00'58,445" S; 73°37' e de 3990.63m até o vértice B91-M-1613, de coordenadas LONGITUDE: 50°10'25,588" W e LATITUDE: 4°00'21,826" S; deste segue confrontando com FAZENDA ARATAU I, propriedade de AGROPECUÁRIO RIO ARATAU LTDA; com os seguintes azimutes e distâncias: 74°01' e de 3671.91m até o vértice EDQV-M-1682, de coordenadas LONGITUDE: 50°08'31,154" W e LATITUDE: 3°59'48,916" S; 73°53' e de 8616.58m até o vértice B91-M-1598, de coordenadas LONGITUDE: 50°04'02,794" W e LATITUDE: 3°58'31,103" S; 76°23' e de 3.53m até o vértice EXC-M-112, de coordenadas LONGITUDE: 50°04'02,683" W e LATITUDE: 3°58'31,076" S; deste segue confrontando com propriedade FAZENDA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA; com os seguintes azimutes e distâncias: 74°17' e de 331.76m até o vértice B91-M-1617, de coordenadas LONGITUDE: 50°01'45,261" W e LATITUDE: 3°57'51,614" S; 75°31' e de 3787.75m até o vértice B91-M-1599, de coordenadas LONGITUDE: 49°59'46,379" W e LATITUDE: 3°57'20,778" S; ponto inicial da descrição deste perímetro."

Matrícula nº 9.580:

"área de terra rural, situado nos Municípios de Tucuruí, Novo Repartimento e Pacajá, Estado do Pará, com área de 8.872,8766 ha (oito mil oitocentos e setenta e dois hectares, oitenta e sete ares e sessenta e seis centiares),

Matália Teixeira Soares
OAB/RJ 162.100
Advogada

(Handwritten signatures and initials)



localizados na Gleba Arataú, lotes de número 04, 06 e 08 da linha 02, Este da Gleba "Arataú" denominada Fazenda "Rio Arataú 1", com os limites e confrontações seguintes: Inicia-se a descrição pelo perímetro no vértice 1391M-1597, de coordenadas Longitude 50°05'12,953"W e Lat: 3°54'46,681" S; deste segue confrontado com propriedade de RAIMUNDO RODRIGUES DE SOUSA; com os seguintes azimutes e distâncias: 162°16' e de 1633.29m até o vértice EXC-M 111, de coordenadas Longitude: 50°04'18,809" W e Lat: 397'40,431" S; deste segue confrontando com FAZENDA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA; com os seguintes azimutes e distâncias: 162°16' e de 1633.29m até o vértice EXC-M-112, de coordenadas Longitude: 50°04'02,683" W e Lat: 3°58'31,076" S; deste segue confrontando com FAZENDA ARATAU, propriedade de AGROPECUÁRIA RIO ARATAU LTDA; com os seguintes azimutes e distâncias: 256°26' e de 3.53m até o vértice B9 I-M-1598, de coordenadas Longitude: 50°08'31,154"W e Lat: 3°59'48,916" S; 254°1' e de 3671.91m até o vértice B91-M-1613, de coordenadas Longitude: 50°10'25,588" W e Lat: 4°00'21,826" S; deste segue confrontando com GLEBA PACAJAZINHO, propriedade de INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA; com os seguintes azimutes e distâncias: 343M9' e de 7508.38m até o vértice B91-M-1614, de coordenadas Longitude: 50°11'33,383" W e Lat: 3°56'27,062" S; 74°04' e de 4244.87m até o vértice B9 I-M-1615 de coordenadas Longitude: 50°09'21,072" W e Lat: 3°55'49.125" S; 15593' e de 453.54m até o vértice B91-M-16 I 6, de coordenadas Longitude: 50°09'14,913" W e Lat: 3°56'02,531" S; 72°40' e de 7819.74m até o vértice B91-M-I597, de coordenadas Longitude: 50°05'12,953" W e Lat: 3°54'46,681" S; ponto inicial da descrição deste perímetro."

Área Total:	Matrícula nº 9.553: 25.813,6762ha Matrícula nº 9.580: 8.872,8766ha
NIRF:	3.621.920-7
CCIR:	950.106.378.313-9

DI BNDDES
Tatália Telles Fernandes Lof
OAB RJ 162.109
Advogada

Valor dos Imóveis:	R\$128.117.530,16 (cento e vinte e oito milhões cento e dezessete mil, quinhentos e trinta reais e dezesseis centavos)
Área da alienação fiduciária:	34.686,5528ha



LIBREDES
Catalia Teixeira Fernandes Lor
OAB/RJ 162.109
Advogada

8

8 1

ANEXO III - CARTA DE CUMPRIMENTO DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

[Local e Data]

Para

Ao

[**TMF ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA.**]

Alameda Caiapós, 243, 2º andar, cj. I

Centro Empresarial Tamboré

Barueri, SP



Re.: *Cumprimento de Condição Suspensiva - INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS IMÓVEIS SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA E OUTRAS AVENÇAS*

Prezados Senhores,

Em cumprimento ao disposto na Cláusula 2.8.1 do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bens Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (“Contrato”), celebrado em 26 de agosto de 2019

], entre a Agropecuária Rio Arataú Ltda. (“Garantidor”), o Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”), o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”), o Banco Votorantim S.A. (“Votorantim”), o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior (“Credit Suisse”), o Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), o Banco do Brasil S.A. (“BB”), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), a PMOEL Recebíveis Ltda. (“PMOEL”, e, quando em conjunto com o Bradesco, o Itaú, o Votorantim, o Credit Suisse, o Santander, o BB e o BNDES, os “Credores”), o TMF Administração e Gestão de Ativos Ltda., a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e a GDC Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. conforme aditado de tempos em tempos (“Contrato de Garantia”), declaramos que a Condição Suspensiva [Fechamento/Adicional] referente a [--] foi integralmente cumprida pelo Garantidor nesta data.

Assim sendo, viemos por meio desta informar que o Garantidor cumpriu com a Condição Suspensiva, nos termos do Contrato e, portanto, a Alienação Fiduciária passa a ser integralmente eficaz em relação aos Imóveis.

BNDES
Catalia Teixeira Fernandes Ló
OAB/RJ 162.109
Advogada

X

Y

M

Atenciosamente,



[GARANTIDOR]

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA:

[Local e Data]

[AGENTE]

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

BNDDES
Natalia Teles da Fernandes Le
CNPJ 162.109
Advogada

X

o M

ANEXO IV - MODELO DE PROCURAÇÃO



PROCURAÇÃO

Por meio desta Procuração, **AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA.**, sociedade de responsabilidade limitada, com sede na Rodovia Transamazônica, km 206, na Cidade de Novo Repartimento, no Estado do Pará, CEP 68473-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 05.078.415/0001-00, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social (o "Outorgante"), constitui e nomeia, neste ato, irrevogavelmente, **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira, representada por sua Agência 7072-6, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.746.948/9064-99, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 228 - subsolo, Botafogo, CEP 22.250-040 ("Bradesco"); **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, instituição financeira, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º parte e 4º e 5º andares, Itaim Bibi, no Município e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 60.701.190/4816-09 ("Itaú"); **CREDIT SUISSE PRÓPRIO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR**, fundo de investimentos, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 04.085.474/0001-34, representado pelo seu administrador, Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700, 11º andar (parte), 13º andar e 14º andar (parte), CEP 04542-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.809.182/0001-30 ("Credit Suisse"); **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, instituição financeira, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235 - Bloco A, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 90.400.888/0001-42 ("Santander"); **BANCO VOTORANTIM S.A.**, instituição financeira, com sede na Av. das Nações Unidas, 14.171, Torre A - 18º Andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 59.588.111/0001-03 ("Votorantim"); **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília/DF e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 100, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 33.657.248/0001-89 ("BNDES"); **PMOEL RECEBÍVEIS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Av. Almirante Barroso, nº 63, sala 806, Centro, CEP 20031-003, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.268.321/0001-05, ("PMOEL", quando em conjunto com Bradesco, Itaú, Credit Suisse, Santander, Votorantim e BNDES, os "Credores"); **TMF ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA.** sociedade empresária limitada, com sede na Alameda Caiapós, 243, 2º andar, cj. I, Centro Empresarial Tamboré, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo,

BRUNDES
Tabella Teófilo Fernandes
CNPJ 162.109
Advogada

X
M



inscrita no CNPJ/ME sob nº 23.103.490/0001-57 (o "Agente"); **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99 – 24º andar, Centro, CEP 20.050-005, Centro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0001-50, atuando como agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Queiroz Galvão S.A. ("Pavarini"); e **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 3.000, parte 3, Bloco Itanhangá, sala 3105, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.749.264/0001-04, atuando como agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Construtora Queiroz Galvão S.A. ("GDC", em conjunto com a Pavarini, o Agente e os Credores, os "Outorgados"), como seus procuradores para, agindo em seu nome, de forma isolada ou conjunta, na medida máxima possível, por si ou seus representantes legais ou substabelecidos:

- (a) praticar, em nome do Outorgante, todos e quaisquer atos necessários ou convenientes para a efetivação dos registros e/ou averbações mencionados ou contemplados no Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Bens Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado em 26 de agosto de 2019, conforme aditado de tempos em tempos (o "Contrato"), bem como para o aperfeiçoamento e constituição das garantias previstas no Contrato, incluindo sem limitação quaisquer pedidos de registro a serem efetuados junto a quaisquer cartórios de registro de títulos e documentos e quaisquer pedidos de averbações em livros de registro de ações, conforme disposto no Contrato;
- (b) exclusivamente para fins de constituição, formalização e aperfeiçoamento da garantia prevista no referido Contrato, bem como na hipótese de um Evento de Execução, representar a Outorgante perante juntas comerciais, cartórios de registro de pessoas jurídicas e quaisquer outros cartórios, repartições públicas federais, estaduais ou municipais, e perante quaisquer terceiros, assim como representar a Outorgante junto a instituições financeiras em geral, custodiantes e/ou escrituradores, bolsas de valores, mercados de balcão, câmaras ou

LIBERDES
Cátia Teixeira Fernandes Lopes
OAB/RJ 162.109
Advogada

(Handwritten signature and initials)



sistemas de liquidação e custódia, incluindo, mas sem limitações, na prática de quaisquer atos e/ou na assinatura de quaisquer documentos previstos ou contemplados no Contrato;

- (c) na hipótese de execução da garantia prevista no Contrato, assinar, em nome da Outorgante, respeitando o disposto no Contrato, os documentos necessários para a prorrogação dos créditos do Garantidor contra a Companhia (Empréstimos Intercompany), a realização de venda ou transmissão dos bens dados em garantia nos termos do Contrato, celebrar quaisquer instrumentos e adotar todas as providências necessárias perante qualquer entidade ou autoridade governamental para fins da referida execução, requerer todas e quaisquer aprovações prévias ou consentimentos que possam ser necessários para a acima mencionada execução e para a transferência dos bens dados em garantia nos termos do Contrato, para realizar, a seu exclusivo critério, leilão público ou venda particular extrajudicial de uma parcela ou da totalidade dos bens aqui dados em garantia, transferindo posse e domínio, dando e recebendo quitações;
- (d) na hipótese de excussão da garantia prevista no Contrato, receber o produto financeiro do leilão ou venda dos bens dados em garantia no âmbito do Contrato e alocar tal produto financeiro para pagamento das Obrigações Garantida;
- (e) na hipótese de excussão da garantia prevista no Contrato, para cumprimento integral das Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato), renovar, prorrogar ou de outra forma reiterar os termos e condições do Contrato no intuito de manter constituída a garantia outorgada, conforme disposto na Cláusula 2.1 do Contrato, de modo a que as Obrigações Garantidas permaneçam garantidas nos termos do Contrato por todo o seu prazo de vigência;
- (f) em geral, exercer por e em nome do Outorgante e praticar todos os demais atos que os Outorgados possam considerar necessários relativos às alíneas (a) a (e) acima.
- (g) substabelecer os poderes ora conferidos, com ou sem reserva de iguais poderes, no âmbito de procedimentos judiciais e/ou procedimentos arbitrais para execução e/ou excussão dos Bens Alienados Fiduciariamente nos termos do Contrato;

Termos iniciados em letras maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato. Os poderes aqui outorgados são adicionais aos poderes outorgados pelo Outorgante aos


LIBERDES
Catalia Teixeira Fernandes Lor
OAB/RJ 162.109
Advogada
 

Outorgados nos termos do Contrato e não cancelam ou revogam qualquer um de tais poderes.

Esta procuração é outorgada em causa própria como uma condição do Contrato e como um meio de cumprir as obrigações ali estabelecidas, e será, nos termos dos artigos 684 e 685 do Código Civil Brasileiro, irrevogável, válida e efetiva até ao cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

Esta procuração poderá ser substabelecida com reserva de iguais, permanecendo os Outorgados responsáveis pelos atos praticados pelos substabelecidos. Qualquer sucessor ou cessionário dos Outorgados poderá suceder total ou parcialmente os direitos e poderes dos Outorgados de acordo com os termos aqui previstos, mediante o substabelecimento.

São Paulo, 26 de agosto de 2019.

AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA.




Natália Teixeira Fernandes Lora
OAB/RJ 162.109
Advogada

ANEXO V – CERTIDÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: AGROPECUARIA RIO ARATAU LTDA.
CNPJ: 05.078.415/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:47:45 do dia 20/08/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 16/02/2020.

Código de controle da certidão: 2B29.B988.29CA.47DD
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DI BINDES

Patália Teixeira Fernandes Lof
OAB/RJ 162.109
Advogada

8

0

M

ANEXO VI - CUMPRIMENTO DE CONDIÇÃO SUSPENSIVA

À

TMF ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA.

Alameda Caiapós, 243, 2º andar, cj. I
Centro Empresarial Tamboré
Barueri, SP



Ref.: Cumprimento de Condição Suspensiva – Instrumento Particular De Constituição De Garantia – Alienação Fiduciária De Ações da Construtora Queiroz Galvão S.A. e Outras Avenças

Prezado(a) Senhor(a),

Em cumprimento ao disposto na Cláusula 11.14 do Instrumento Particular De Constituição De Garantia – Alienação Fiduciária De Ações da Construtora Queiroz Galvão S.A. e Outras Avenças, celebrado em 26 de agosto de 2019, entre a Queiroz Galvão S.A. ("Garantidor"), o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), o Banco Votorantim S.A. ("Votorantim"), o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior ("Credit Suisse"), o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES"), a PMOEL Recebíveis Ltda. ("PMOEL"), e, quando em conjunto com o Bradesco, o Itaú, o Votorantim, o Credit Suisse, o Santander e o BNDES, os "Credores"), a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda ("Agentes Fiduciários") e a TMF Administração e Gestão de Ativos Ltda. ("Agente"), conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Garantia"), declaramos que todas a Condição Suspensiva referente a [--] foi integralmente cumprida pelo Garantidor nesta data.

Os termos iniciados em letra maiúscula e não definidos de outra forma neste instrumento, têm o significado que lhe são atribuídos no Contrato de Garantia.

(Local e Data)

AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA.

BNDES
Estália Teixeira Fernandes Lor
OAB/RJ 162.109
Advogada